



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 151

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Valdir Rossoni*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Democratas *Plauto Miró*
PT *Elton Welter*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
PTB *Fábio Camargo*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PR/PRB/PV *Reni Pereira*

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 151

138ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 07

Pequeno Expediente:

Dep. Plauto Miró 09

Dep. Elio Rusch 11

Dep. Ademar Traiano 13

Dep. Jocelito Canto 15

Dep. Luciana Rafagnin 15

Dep. Péricles de Mello 16

Grande Expediente:

Dep. Tadeu Veneri 19

Horário das Lideranças:

Liderança do Partido Democratas

Dep. Elio Rusch 12

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano 14

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 17

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 23

Liderança do PMDB

Dep. Nereu Moura 24

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 25

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 26

Preferência de Votação

1ª Discussão 27

Discussão/Votação

Redação Final 28

3ª Discussão 28

2ª Discussão 29

1ª Discussão 29

Requerimentos 30

Encerramento da Sessão 35

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 36

Ata de Comissão

Direitos da Mulher, da Criança

e do Adolescente 36

DIÁRIO Nº 151

138ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 138ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

21 DE NOVEMBRO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secre-

tariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi,

Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (43).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Carlos Simões, Fábio Camargo, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Miltinho Pupio, Pedro Ivo e Stephanes Júnior (08).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Edgar Bueno, Elton Welter e Francisco Bühner (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 387/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando que SANCIONOU o Projeto de Lei nº 579/07 de autoria do Deputado Fábio Camargo que, institui o Dia Estadual da Consciência Negra, a ser comemorado, anualmente, no dia 20 de novembro, o qual convertido em lei tomou o nº 15674.
Anote-se - Archive-se.

Sob o nº CEE/CC 1788/07 da Sra. Jussara Borba Gusso - Chefe da Casa Civil do Estado - em exercício, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Edgar Bueno, que solicita informações acerca de promoções, cursos de especialização e reajuste salariais concedidos aos oficiais da Polícia Militar do Paraná.
Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

OFÍCIO Nº 156/07

Curitiba, 21 de novembro de 2007.

Senhor Presidente:

Segue anexo a declaração de justificativa das Sessões Plenárias dos dias 19, 20 e 21 de novembro de 2007, o Deputado Edgar Bueno encontra-se em Brasília tratando de assuntos referentes a região oeste.

Atenciosamente.

(a) EDGAR BUENO

“CAMARA DOS DEPUTADOS

Brasília, 21 de novembro de 2007.

DECLARAÇÃO

Declaramos que nos dias 19, 20 e 21 de novembro de 2007, o Deputado Edgar Bueno esteve em Brasília para tratar de assuntos pertinentes à Implantação do Aeroporto Regional de Cascavel com o Ministro Nelson Jobim, Audiência Pública na Câmara Federal com o Conselho de Representantes Comerciais do Paraná e participar de audiência no DNIT reivindicando verbas para a construção da Perimetral Leste em Cascavel.

(a) ALEXANDRE LIMA
Chefe de Gabinete”

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3463

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário preferência para a discussão e votação do Projeto de Lei nº 334/07, item 11 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 21.11.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoioamento:

Professor Luizão, Duílio Genari, Cida Borghetti, Péricles de Mello e Tadeu Veneri.

REQUERIMENTO Nº 3454

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, autorização da Mesa Executiva para representar o Poder Legislativo nos dias 26 de novembro de 2007 a 27 de novembro de 2007, no evento Ministério da Educação a ser realizado em Brasília/DF.

Sala das Sessões, em 21.11.07.

(a) FELIPE LUCAS

REQUERIMENTO Nº 3446

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja realizada por esta Casa, uma auditoria técnica, independente, para que sejam esclarecidas as reais condições da saúde da cidade de Ponta Grossa, diante das informações contidas no relatório apresentado pelo Promotor de Justiça Dr. Fuad Faraj que são completamente diversas das informações prestadas pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde Gilberto Martin.

Sala das Sessões, em 21.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3453

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis,

REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná, parabenizando pela posse da nova Diretoria, Conselho Fiscal e Delegação Representativa junto ao Conselho da FIEP, para o triênio 2007/2010, cuja Mesa Diretora ficou assim constituída e desejando sucesso ao trabalho dessa Diretoria:

Presidente: Hamilton Pinheiro Franck

1º Vice-Presidente: Normando Antonio Baú

1º Vice-Presidente Administrativo: Ubiratã Antonio Dresh

2º Vice-Presidente Administrativo: Fredy Henrique Chevalier

1º Vice-Presidente Financeiro: Sérgio Gugelmin Motter

2º Vice-Presidente Financeiro: Waldemar Trotta Junior

Sala das Sessões, em 21.11.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3457

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Exmo. Sr. Prefeito Rudiney Gimenes, e a Exma Sra. Presidente da PROVOPAR, Simone Rocha, em razão da adesão à Campanha Vamos Vestir o Paraná de Cor-de-Rosa, em razão do Dia de Combate ao Câncer de Mama, 27 de novembro.

Sala das Sessões, em 21.11.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3458

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Exmo. Sr. Prefeito Rogério Felini Pasqueti, e a Exma Sra. Secretária de Bem-Estar Social e Ação Comunitária, Rosicléia Aparecida Bernardelli de Godoy Pasquetti, em razão da adesão à Campanha Vamos Vestir o Paraná de Cor-de-Rosa, em razão do Dia de Combate ao Câncer de Mama, 27 de novembro.

Sala das Sessões, em 21.11.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3459

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à Exma. Sra. Primeira Dama Maria Lucia Zamin e ao Exmo. Sr. Prefeito João de Oliveira, em razão da adesão à Campanha Vamos Vestir o Paraná de Cor-de-Rosa, Dia de Combate ao Câncer de Mama, 27 de novembro.

Sala das Sessões, em 21.11.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3460

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à Exma. Sra. Primeira Dama Ione Tomaz Pereira de Camargo e ao Exmo. Sr. Prefeito, Lucimar Roberto Bahnerp de Camargo, em razão da adesão à Campanha Vamos Vestir o Paraná de Cor-de-Rosa, Dia de Combate ao Câncer de Mama, 27 de novembro.

Sala das Sessões, em 21.11.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3461

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à Exma. Sra. Primeira Dama Hildegard Ghisi e ao Exmo. Sr. Prefeito, Paulo Mac Donald Ghisi, em razão da adesão à Campanha Vamos Vestir o Paraná de Cor-de-Rosa, Dia de Combate ao Câncer de Mama, 27 de novembro.

Sala das Sessões, em 21.11.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3462

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à Exma. Sra. Presidente Maria Cecília Palma, em razão da adesão à Campanha Vamos Vestir o Paraná de Cor-de-Rosa, Dia de Combate ao Câncer de Mama, 27 de novembro.

Sala das Sessões, em 21.11.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3474

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Exmo. Sr. Prefeito Silvio Magalhães Barros II, a Exma. Sra. Secretária Municipal da Mulher, Terezinha Pereira, a Exma. Sra. Primeira Dama, Bernadete Lopes Barros, a Exma. Sra. Presidente do Conselho Municipal da Mulher, Donaria Regina Rizzo e a Exma. Sra. Presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer, Edina Rosa Alves Giannasi, em razão da adesão à Campanha Vamos Vestir o Paraná de Cor de Rosa, Dia de Combate ao Câncer de Mama, 27 de novembro.

Sala das Sessões, em 21.11.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3470

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Laurindo Emídio e Maria de Jesus Emídio, que completará 50 anos de união conjugal em 29/12 do corrente, celebrando Bodas de Ouro. A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos. Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro.

O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas. O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito. Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada. Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em seu infinito amor, os cubra de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas.

Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.11.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3471

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Antonio Alves Gabardo e Florentina Karvonski Gabardo, que completou 50 anos de união conjugal em 02/11 do corrente, celebrando Bodas de Ouro. A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos. Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro.

O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas. O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito. Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada. Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em seu infinito amor, os cubra de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas.

Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.11.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3472

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Nivaldo Martins e Célia de Oliveira Martins, que completou 50 anos de união conjugal em 10/11 do corrente, celebrando Bodas de Ouro. A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos. Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro.

O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas. O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito. Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada. Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em seu infinito amor, os cubra de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas.

Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.11.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3465

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Giem Guimarães, Presidente da ABIGRAF - Associação Brasileira da Indústria Gráfica - Regional Paraná.

Sala das Sessões, em 21.11.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Giem Guimarães, Presidente da ABIGRAF - Associação Brasileira da Indústria Gráfica - Regional Paraná, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados em prol do desenvolvimento do setor em nosso estado.

REQUERIMENTO Nº 3466

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e

congratulações, ao Sr. Aroldo Heimbecker, Coordenador da AMAS - Associação Menonita de Assistência Social.

Sala das Sessões, em 21.11.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Aroldo Heimbecker, Coordenador da AMAS - Associação Menonita de Assistência Social, no município de Palmeira, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados em prol da comunidade.

REQUERIMENTO Nº 3467

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Dr. Laércio Furlan.

Sala das Sessões, em 21.11.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Laércio Furlan, Presidente da AME - Associação Médico-Espírita do Paraná, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados em prol da comunidade paranaense.

REQUERIMENTO Nº 3447

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador José Antonio Vidal Coelho, solicitando os seguintes documentos e informações:

01) O anexo do Tribunal de Justiça foi objeto de investigação pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Anexar o relatório e as conclusões.

02) Anexar cópia do relatório da Comissão de Obras integrada pelos Desembargadores César Macedo, Dimas Mello, Eracles Messias e Paulo Habith (entregue no dia 24.08.06).

03) Quantos projetos foram realizados para execução da referida obra?

04) Quem realizou os projetos? De que forma ocorreu a contratação? Houve licitação? Juntar cópias.

05) Como foi definido o projeto escolhido. Juntar a ata da decisão.

06) Pelo que consta das notícias veiculadas na imprensa haviam 2 projetos, por que motivo?

07) Anexar todas as atas de reuniões das comissões ou diretorias que definiram a execução do projeto e a construção do anexo.

08) Anexar cópias de todos os comprovantes de pagamento dos projetos, contratos e aditivos realizados para a construção do anexo.

09) A obra foi fiscalizada pela Comissão de Obras do Tribunal de Justiça ou foi contratada outra empresa para este fim? Em caso afirmativo, por quê?

10) De que forma foi contratada? Houve licitação? Juntar comprovantes, bem como todas as justificativas e pareceres dos órgãos administrativos do Tribunal de Justiça.

11) Que empresas participaram da licitação? Por que a imprensa fala em direcionamento da licitação?

12) Antes de cada pagamento, quem realizava a medição, que recebia o serviço executado, e quem ordenava o pagamento, juntando cópia da documentação.

13) Foi feito pagamento sem medição ou sem que a Comissão de Obras fosse ao local verificar se os serviços tinham sido executados na forma contratada?

14) Houve pagamento sem autorização do Conselho Gestor? Como eram feitos os pagamentos? Quem os autorizava?

15) Foi exigida garantia da obra? Houve liberação antes do recebimento definitivo? Quem liberou e quais os motivos. Há justificativa por escrito?

16) A atual gestão está procedendo a alguma medida para recuperação do valor da garantia face a notícia de defeitos na obra? Que medida, juntando cópia.

17) Por que motivo houve o recebimento provisório se já se tinha notícia de diversas falhas e defeitos na obra bem como indícios de superfaturamento?

18) Quem autorizou o uso pelos órgãos e pela população? O prédio tem habite-se? Em que data foi concedido?

19) Que medidas estão sendo tomadas em face das irregularidades apontadas no relatório?

20) A permissão para utilização não prejudica os trabalhos de investigação das falhas na obra e a eventual comprovação de superfaturamento?

21) Foram feitas auditorias externas na obra após as denúncias de superfaturamento?

22) Como foram contratadas estas auditorias? Juntar comprovantes.

23) A gestão do Desembargador Tadeu Marino Costa efetuou algum pagamento para as empresas construtoras do anexo durante seu mandato? Juntar comprovantes.

24) Resta algum pagamento a ser realizado, uma vez que o prédio não se encontra totalmente concluído?

25) Que medidas estão sendo tomadas para ressarcimento do erário público?

26) O Ministério Público requisitou alguma informação a respeito desta obra ou sobre as notícias que veicularam na imprensa?

27) O Tribunal de Justiça recebeu alguma notificação de procedimento investigatório aberto por este motivo? Em caso afirmativo, juntar cópias.

28) Quantos gabinetes foram construídos? Quantos estão sendo utilizados?

29) A obra atende as necessidades da incorporação de todos os gabinetes que se situam no Edifício na Av. Mauá (extinto TA)?

30) Em quanto a obra foi orçada a princípio? Qual o valor do metro quadrado? Houve aditivos? Por que motivo? Juntar cópia.

31) Quanto foi pago até o presente momento pela referida obra? Juntar cópia dos comprovantes e da forma de pagamento.

32) No projeto original como foram projetados os elevadores? Houve alguma modificação no projeto? Quem a sugeriu ou autorizou?

33) Qual o custo unitário dos elevadores no projeto? Qual o custo dos elevadores efetivamente colocados? E qual o custo destes mesmos elevadores apurados pela auditoria?

34) Qual o custo dos referidos elevadores por unidade? Juntar nota da empresa fornecedora.

35) Há notícia de que o sexto andar do prédio teve pagamento em duplicidade. Esclarecer juntando os comprovantes das alegações.

36) Até o presente momento, foi aberta alguma sindicância? Alguém foi afastado do cargo? Juntar cópias.

37) Todos os materiais especificados no projeto original foram colocados? Algum material foi substituído? Por que motivo? Quem autorizou a substituição? O valor dos materiais era equivalente?

38) Qual o valor originário dos projetos elétricos, de telefonia e rede lógica? Quanto foi pago efetivamente? Quanto falta pagar?

39) Os projetos foram concluídos exatamente conforme o previsto ou houve majoração ou diminuição?

40) Qual o valor do metro quadrado da construção por ocasião da realização do projeto? E qual o valor máximo do metro constante da licitação? Quais os motivos da majoração considerando que o preço orçado já se encontrava dentro dos parâmetros de mercado para construção de alto nível?

41) Fornecer cópia integral do processo Reexame Necessário 181899-7, onde ao que consta já se noticiava o superfaturamento por ocasião da contratação da obra.

42) Foi feita alguma manifestação oficial pelo Desembargador Tadeu Marino Costa quando da notícia de irregularidades na contratação e na construção do anexo? Em caso afirmativo fornecer cópia da nota oficial expedida.

43) Quando assumiu a Presidência do Tribunal o Desembargador Tadeu Costa efetuou alguma auditoria ou procedeu a algum estudo específico das contratações relativas ao anexo?

44) Quanto já havia sido pago da obra? E qual o valor existente no caixa nesta ocasião para fins de pagamento da obra?

45) Havia alguma função desempenhada pelo Desembargador Antonio Lopes Noronha na Comissão de Licitação, nos pagamentos ou na Comissão de Gestão da construção do anexo?

Sala das Sessões, em 21.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 823/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Conjunto São João Del Rey, com sede no município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.11.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 15 de outubro de 1986, sediada na R. Engenheiro Waldemar Schiziel, nº 189 - Sítio Cercado, no município de Curitiba, a Associação de Moradores do Conjunto São João Del Rey é uma sociedade civil sem fins econômicos, político, partidário ou religioso.

Para isso, tem como finalidade promover e contribuir para formação e desenvolvimento de vida comunitária dos moradores; representar os moradores em suas reivindicações aos poderes constituídos; promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e bem estar da comunidade, entre outras.

Em virtude da relevância social, contamos com a anuência dos nobres colegas à aprovação deste projeto, que pretende declará-la de utilidade pública.

PROJETO DE LEI Nº 824/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibido o uso de película nos carros oficiais do Governo do Estado, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público, Prefeituras, Câmaras Municipais, COPEL, DETRAN, SANEPAR e demais empresas públicas estaduais ou municipais.

Art. 2º As Polícias Militar e Rodoviária ficam autorizadas a efetuar a apreensão de todos os veículos flagrados utilizando película em seus vidros, material que se popularizou, também pelo nome de insuflim.

Art. 3º A proibição do uso material, a que se refere o artigo 1º do presente projeto, se aplica a todos os veículos adquiridos com dinheiro público, independente de sua chapa ser oficial ou não.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.11.07.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A implantação de película nos carros oficiais está impedindo os paranaenses de verem a cara das autoridades que estão dentro desses veículos. Autoridade tem que mostrar a cara para o povo. Governantes impopulares, que utilizam funções públicas para prejudicar os cidadãos, têm medo de receber, nas ruas, a merecida reprovação popular. Por isso, a maioria coloca insulfilm nos veículos para se esconder ou poder circular no absoluto anonimato por onde passam. A fixação de película pode impedir que os cidadãos fiscalizem se autoridades estão ou não utilizando veículos oficiais para fazer feira, levar crianças à escola, transportar família ou para outros objetivos ilícitos e imorais. É extremamente importante oferecer aos paranaenses o direito de permanente fiscalização de todos nós autoridades.

PROJETO DE LEI Nº 825/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterada a Lei nº 14231 de 26 de novembro de 2003, dispondo sobre os critérios de escolha, mediante consulta à Comunidade Escolar, para designação de Diretores e Diretores Auxiliares da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.

Art. 2º O parágrafo 1º do artigo 1º da Lei nº 14231, de 26 de novembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“(…) § 1º Excetuam-se da presente lei os estabelecimentos de ensino em regimes especiais, regidos nos termos dos convênios celebrados com a Secretaria de Estado da Educação, os que funcionam em prédios privados, cedidos ou alugados de instituições religiosas e o da Polícia Militar do Estado do Paraná.”

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.11.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Dos bancos do Colégio Estadual do Paraná, instituição que serve ao estado e sua gente há mais de 160 anos, saíram paranaenses ilustres que contribuíram de forma decisiva para o desenvolvimento da nossa sociedade, quer nas áreas acadêmicas, econômicas, jurídicas, política, entre outras.

A imprensa está a registrar por vários anos eletivos a dissociação entre os interesses dos docentes e a direção daquela escola, gerando conflitos permanentes. E como o estado do Paraná foi o pioneiro na experiência do processo de escolha dos dirigentes escolares por meio de consulta popular, não podemos continuar nesta situação que entristece a todos e em especial a educação do estado e deslustra uma das instituições símbolo da nossa cultura.

O Colégio Estadual do Paraná é uma destas instituições que não exercem o direito à escolha dos seus dirigentes por força da Lei nº 14231/03.

Reconhecendo ser de nossa competência e responsabilidade dar tranquilidade para que o processo da transferência do conhecimento nesta instituição centenária transcorra com tranquilidade, é que propomos a alteração do parágrafo 1º do artigo 1º da Lei nº 14231 de 26 de novembro de 2003, reconhecendo também aquela instituição o direito de escolher seu diretor, pois entendemos que com a escolha direta nos termos da referida lei trará mais tranquilidade e inteiração com a comunidade escolar.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 826/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O piloto de motocicletas e similares, no âmbito do estado do Paraná, deverá usar, obrigatoriamente, capacete com o seu nome e o seu tipo sanguíneo.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.11.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A proposta apresentada, visa a personalização do capacete do piloto de motocicleta.

O objetivo do projeto é facilitar a identificação do motociclista em caso de acidente, pois em seu capacete estará gravado seu nome e o seu tipo sanguíneo. A inclusão do tipo sanguíneo irá facilitar o atendimento médico em caso de acidente e na necessidade de uma transfusão.

É uma medida de baixo impacto financeiro e de fácil aplicabilidade que irá beneficiar todos os motociclistas.

Desta forma esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 827/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica inserido inciso IX no artigo 14, da Lei nº 11280 de 26/12/95, instituidora do IPVA, com a seguinte redação;

“Art. 14

IX - motocicletas até 125 cilindradas.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.11.07.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

Com a proposta, o autor pretende beneficiar o usuário que utiliza a motocicleta como meio de transporte de trabalho.

A grande maioria dos usuários possui este único meio para sustentar a família, e esta isenção não irá provocar grandes impactos nos cofres públicos.

Desta forma, esperamos o devido apoio e a consequente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente Sessão.

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró (Partido Democratas)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero hoje nesta tribuna ler um resumo do relatório final da Comissão Especial de Investigação, que por 135 dias investigou os critérios do valor da tarifa de pedágio no estado do Paraná.

O relatório ficou da seguinte forma:

(Lê):

“01. Desde a implantação do modelo de concessão de rodovias que resultou no chamado “Anel de Integração do Paraná”, a sociedade paranaense vem levantando uma série de questões relativas ao modo de condução e gerenciamento dos problemas decorrentes dos contratos de pedágio.

02. Dentre inúmeros aspectos trazidos pela mídia, a discussão sobre o valor das tarifas é a que tem causado maior impacto. Se, por um lado, a opinião pública e as manifestações de autoridades concordam que a concessão das rodovias trouxe aspectos positivos, de outro lado também concordam que os valores das tarifas são elevados.

03. Diante deste quadro, atendendo a requerimento do Deputado Fábio Camargo, a Assembléia Legislativa instaurou Comissão Especial de Investigação para: a) entender a composição das tarifas do pedágio e as razões que as levam a ser elevadas e b) buscar eventuais soluções para uma possível redução das tarifas.

04) A comissão foi instalada sob a presidência do Deputado Fábio Camargo, tendo como Relator o Deputado Plauto Miró - subscritor desta, e ainda foi integrada pelos Deputados Ribas Carli Filho, Cleiton Kielse, Fran-

cisco Bühner, Miltinho Pupio, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Pércles de Mello, Artagão Júnior e Ney Leprevost.

05. Durante suas atividades a CEI conseguiu coletar inúmeros documentos e ouvir 11 (onze) autoridades e representantes da sociedade civil do Paraná, buscando dados, informações e esclarecimentos sobre o sistema de concessão de rodovias e a sua composição tarifária.

06. A partir dos diversos elementos levantados por esta Comissão foi possível concluir que, para a definição da tarifa inicial, tiveram maior peso os seguintes pontos:

a) a decisão política da Administração Pública pela implantação de um modelo de concessão ousado, que comporta a realização de muitas obras e prestação de diversos serviços, o que encareceu o valor do pedágio na medida em que os custos dessas obras e serviços compõem a estrutura tarifária;

b) a decisão pautada em critérios econômicos e de mercado em favor de uma TIR - Taxa Interna de Retorno - elevada para os padrões econômicos atuais, embora compatível com o contexto econômico do início das concessões;

c) a previsão de altos investimentos a serem realizados pelas concessionárias e

d) o prazo de duração dos contratos.

07. De acordo com a análise realizada por esta relatoria parece certo que não é possível alterar-se a fórmula tarifária, composta por complexa fórmula matemática. Pelo que se constatou, em grande parte das ações judiciais em que o Poder Público busca a revisão dos valores cobrados pelas concessionárias o que ele questiona não é a fórmula da composição das tarifas mas os dados que alimentam o cálculo da tarifa. Discute-se a TIR, o valor das obras ou o preço dos serviços, por exemplo; mas não a fórmula matemática.

08. Neste sentido, os dados colhidos pela CEI informam a existência de algumas dezenas de ações judiciais discutindo o valor das tarifas cobradas no estado, sendo que, delas, cinquenta e duas ações foram propostas pelo estado do Paraná, que ainda nenhuma delas obteve êxito definitivo. Isso demonstra que a via judicial, amplamente utilizada nos últimos 10 anos, não tem conseguido trazer uma solução rápida ao problema do valor, dos reajustes e da composição tarifária. Se eventualmente existisse alguma solução judicial rápida para a redução dos valores da tarifa certamente ela já teria se manifestado.

09. Tais constatações conduzem à conclusão de que, se é possível abaixar o valor das tarifas - e esta CEI tem convicção sobre a viabilidade - o caminho há de ser o do entendimento, do diálogo, da negociação. Neste sentido há que se ressaltar, todavia, que todo processo de negociação pressupõe vontade política, de ambas as partes, para o diálogo.

10. Considerando isso, é de se reconhecer que uma vitória inicial da CEI: tanto o Secretário dos Transportes como o Diretor Regional da ABCR mostraram-se abertos ao diálogo e à negociação. Ambos, expressamente, decla-

raram o interesse de iniciar imediato processo de negociação.

11. Restando criado um contexto favorável ao diálogo, esta comissão decidiu apontar algumas soluções e caminhos que podem integrar a pauta de negociação entre o Poder Executivo e as Concessionárias de pedágio no estado do Paraná.

Revisão da Taxa Interna de Retorno: Quando foi concedido o modelo de concessões que seria implantado no Paraná, o contexto econômico do país era muito diverso do atual. Naquela época o Risco Brasil ultrapassava a casa de 1.800 pontos; hoje oscila entre os 170 pontos. Também não existiam, na época, marcos regulatórios claros no setor de concessão de rodovias. Por isso, o próprio Ministério dos Transportes recomendava e utilizava uma TIR de 22%. Nas concessões em vigor no estado do Paraná a TIR varia entre 17 e 20%. Mas o atual contexto econômico do Brasil indica a possibilidade de uma revisão desta TIR.

Extensão do prazo da concessão: O prazo das concessões das rodovias é de 24 anos, e, pelo que se analisou, o prazo é uma das peças importantes para a composição da tarifa. Dentre diversos elementos levados em conta, a relação entre período de concessão e projeção de tráfego para este período é que permite a fixação de tarifas mais elevadas ou mais baixas. Isto porque o prazo dá indicativo de previsão para a amortização dos investimentos realizados. Por tal razão é que todos os depoimentos que abordaram esta questão foram convergentes ao reconhecer que a expansão do prazo contratual pode ser uma saída viável para a redução tarifária.”

E, deixar claro, a população do Paraná, os usuários das rodovias, quando questionados através de pesquisa de opinião pública, tem quase que a sua totalidade, dito que as rodovias melhoraram significativamente, mas que o preço da tarifa cobrada está muito alto.

Revisão de Obras e Serviços: Nessa discussão, tem-se que falar das obras existentes nesses contratos, antecipação de obras e ao mesmo tempo, se houver necessidade, extinção ou até mesmo aumento de obras para que possamos ter cada vez melhores rodovias dentro do estado do Paraná.

Redução e/ou isenção tributária: Para vocês terem idéia, a tarifa do pedágio tem no seu peso, impostos como o ICMS e alguns insumos que compõem a tarifa do pedágio. Também o ISS, os municípios cobram das empresas concessionárias em até 5%, sendo que esse valor está embutido no valor que os usuários pagam no momento que passam na praça de pedágio. E outras taxas estaduais. O DER cobra uma taxa das concessionárias, que vai para um fundo do DER que utiliza em prioridades que ele considera.

Então, as concessionárias recolhem para esse fundo, que é um fundo do Governo do Estado do Paraná.

Também outra questão:

Revisão da localização de praças de pedágio: ao final de seus trabalhos, a CEI levantou uma possibilidade

de redução do valor das tarifas que não havia sido cogitada até então. Referida solução diz respeito ao aumento da base de pagantes através da realocação nas praças de pedágio e naturalmente aumentando o número de usuários.

Outra alternativa: a federalização das concessões. Peço a atenção dos Deputados. A federalização das concessões foi aventada por alguns depoentes. Diante das dificuldades de um caminho para negociação com o estado do Paraná sugeriu-se, em alguns momentos, que o Governo Estadual denunciasse as delegações administrativas para exploração das rodovias e devolvessem o problema e a negociação para o nível federal. Tal solução, ao que parece, não representa uma garantia de diminuição de tarifa, mas apenas um deslocamento de foro de negociação.

A verdade é que o Paraná clama por uma diminuição da tarifa do pedágio. Se o Governo do Estado não abrir o diálogo com as empresas concessionárias, na nossa avaliação, ele deve devolver essas concessões para o Governo Federal, porque lá no passado, ainda no Governo anterior, quando foram criadas essas concessões no estado do Paraná, o Governo Federal, proprietário das rodovias federais e quase na totalidade do Anel de Integração é composto por rodovias federais, o Governo Federal passou, delegou ao estado do Paraná o direito de fazer uma licitação pública para concessionar essas rodovias. Então, se o Governador não quer conversar, ele que devolva para Brasília, que é o proprietário dessas rodovias federais, para que lá se abra o diálogo tentando buscar a redução da tarifa.

Enfim, para concluir os itens - a negociação do passivo judicial - olha, companheiros, as concessionárias geraram mais de 50 ações, repito, 50 ações judiciais contra o estado do Paraná, por perdas e danos e outras tantas reintegrações que ela tenta buscar junto à Justiça. E isto vai formar um passivo ao Governo do Estado do Paraná, um passivo, Deputado Elio Rusch, milionário, porque o estado vem perdendo essas ações que as concessionárias tem gerado contra ele quando os contratos são infringidos e isto vai proporcionar ao estado, num futuro próximo, uma dívida milionária. Então, pedimos aqui para que entre em diálogo a retirada de todas essas ações judiciais que formam um grande passivo judicial contra o Governo do Estado do Paraná.

Estas foram as recomendações, este é o resumo do relatório final, e a partir de agora estamos entregando à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa para que ela possa dar encaminhamento regimental e legal e, naturalmente, esperar que através de sugestões desse relatório que foi montado, foi feito, muito bem discutido, possa ele servir como sugestões ao Governador do Estado do Paraná para que ele possa resolver o problema da diminuição da tarifa do pedágio, porque na briga, no confronto, não se conseguiu.

Faz 10 anos que as concessões aí estão. Está fazendo 5 anos que o Requião é Governador. Poderia,

sim, ter reduzido as tarifas, mas ele só procurou o confronto, via Justiça, e na Justiça o Governo do Estado não conseguiu prosperar nenhuma de suas ações e isto fez com que nós, os paranaenses, continuássemos pagando uma tarifa de pedágio elevada.

Ficou claro - é possível baixar a tarifa, sim, mas a partir do momento em que o Governador e concessionárias sentarem à mesa e discutirem, ponto por ponto, o que pode ser feito para reduzir o valor da tarifa.

Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (**Luciana Rafagnin**)

Segundo orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Sra. Presidente Luciana Rafagnin, estamos quase em período de Natal, e quero saudar aqui a diretoria do SindSaúde e todos os trabalhadores e trabalhadoras da área de saúde que estão nos honrando nesta tarde nas galerias desta Assembléia que é a Casa do Povo e tem que ser a Casa do Povo. E a homenagem também àqueles trabalhadores e trabalhadoras que, por força do trabalho em suas respectivas cidades, não puderam estar aqui.

Aproveitando a presença dessa gente querida da área de saúde e voltar a lamentar, Sra. Presidente, esse autoritarismo que está impedindo, que está fazendo com que o Governo feche as portas e não negocie, não mostre nenhuma boa vontade em negociar com os servidores da área de saúde do estado do Paraná. O Governo está bem, tem dinheiro, outro dia queria gastar quase R\$ 10 bilhões para construir mais praças de pedágio no Paraná! Então, dinheiro tem, está sobrando dinheiro, o povo está pagando os impostos e o que estes servidores e servidoras estão querendo acho que é uma coisa mínima! Acho que é um problema de birra, um problema quase que de vingança ou de vaidade que está fazendo com que o Governo do Paraná esteja tão intransigente e se recuse a negociar com essa categoria que presta um grande e extraordinário serviço para o estado do Paraná.

Lamentamos o sofrimento e a dor dessa categoria e esperamos que agora com o espírito de Natal, o Governo amoleça o coração, abra o seu coração, se mostre liberal e democrático e sente para atender esta justa reivindicação que os servidores e servidoras da saúde estão pleiteando junto ao Governo e que todos nós, Deputados e Deputadas, independente de partido político, temos que dar todo apoio.

Era isto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Luciana Rafagnin**)

Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar quero cumprimentar também os trabalhadores da área de saúde do estado do Paraná que vêm, mais uma vez, à Assembléia Legislativa reivindicar algo que é justo e necessário para o bom trabalho no estado do Paraná.

Talvez esse seja um bom momento para fazermos uma reflexão daquilo que fizemos no passado: talvez muitos de nós fomos enganados, fomos iludidos para votar em determinados governantes na promessa e na certeza que atenderiam nossa reivindicação. Essas promessas assumidas em campanha não foram cumpridas no primeiro mandato, já estamos indo para o 9º ano do atual Governo Roberto Requião, que é Governador pela terceira vez no estado do Paraná. Esperamos que quando aprovarmos a lei que institui as 30 horas de jornada de trabalho, caso o Governador não venha atender que venha vetá-lo, e nós, da mesma forma como votamos o projeto, venhamos a derrubar o veto, já que agora o voto é aberto e não mais secreto.

Quero cumprimentar os trabalhadores da saúde, parabenizá-los pela luta que fazem em favor do vosso trabalho e da saúde do estado do Paraná.

Também me trazem a tribuna, na Sessão de hoje, outros dois assuntos que acho de extrema importância: o primeiro assunto já foi abordado aqui na Casa, nesta semana e na semana passada, e se refere ao aumento das taxas que o Governo do Estado quer implantar.

Primeiro: o aumento do IPVA. Sras. e Srs. Deputados, com toda certeza esse é um dos assuntos que vai ser amplamente discutido quando votarmos a mensagem que virá ao Plenário em novembro ou dezembro. O Governo do Estado entende que aumentando a alíquota do IPVA irá aumentar a sua receita. Eu vejo ao contrário, se ele aumentar a alíquota, as locadoras de carros e outras pessoas vão emplacar seus veículos em outros estados e vamos perder a receita do IPVA! Ora, alguém já disse aqui da tribuna e eu devo falar isso, aumentar meio por cento, de 2,5% para 3% a alíquota sobre os automóveis, não é um aumento de meio por cento, não, é um aumento de 20%. E alguém já disse isso.

Agora, se consideramos que o desconto que era concedido de 15% cai para 10%, isso, na conta geral, vai dar 7%. O aumento do IPVA que o Governo procura instituir no estado do Paraná é de 27%. Aumento real, porque essa alíquota, esse percentual, você aplica sobre o valor venal do veículo. Teremos um aumento real de 27% do IPVA para o próximo ano. Agora, espero que os Deputados que irão analisar e votar essa mensagem, não podemos aprová-la. Os Deputados da Oposição e do Bloco Independente, com toda certeza vão contra esta mensagem. Agora fazemos essa conclamação aos Deputados da base do Governo, que façam essa reflexão, a carga tributária no Brasil é demais, 40% do PIB é imposto do Brasil.

Uso o horário dos Democratas.

Passa a usar o horário da Liderança do Partido Democratas

No momento em que toda sociedade do Brasil inteiro se mobiliza junto aos parlamentares no Congresso Nacional para reduzir a carga tributária, aqui no Paraná queremos aumentá-la.

Ficaria muito contente, muito feliz se vocês se ativessem ao assunto que vou falar agora. O que o Governo do Estado pretende fazer com o aumento das taxas do DETRAN? Sabe o que ele está fazendo? É o pedágio indireto. Vou explicar o que é o pedágio indireto. Todo ano ele manda uma mensagem para a Assembléia, este ano já mandou, acabamos de aprovar aqui a transferência de 25 milhões do DETRAN para a Secretaria dos Transportes, para o DER recuperar as rodovias estaduais. Ora, se tem dinheiro sobrando no DETRAN, o dinheiro que está sobrando passa para a Secretaria dos Transportes para arrumar, para reformar as estradas estaduais. Propor um aumento em determinadas taxas até 230%, o que vai acontecer? Vai sobrar muito mais dinheiro no DETRAN e ele usa dinheiro e repassa para o DER. O que é isso? É um pedágio indireto do Governador Roberto Requião. Todas as rodovias estaduais estão pedagiadas no estado do Paraná. Não com praças de pedágio, mas as rodovias estão pedagiadas com as taxas que pagamos, seja no licenciamento do veículo, seja na taxa de habilitação, seja para fazer psicotécnico, seja na hora de fazer o exame de vista. Qualquer taxa que pagamos no DETRAN estamos pagando pedágio, porque este recurso se usa para passar à Secretaria dos Transportes e a Secretaria usa esse dinheiro para conservar as rodovias. Esse é o pedágio indireto que existe no estado do Paraná, que quer ser aperfeiçoado e que quer que seja aumentado ainda pelo atual Governador.

O Sr. Osmar Bertoldi (Partido Democratas) (Aparte)

Parabéns por levantar este tema. Na verdade o pior ainda é que você aumenta este pedágio indireto e pergunta ao senhor: e aqueles paranaenses que pagam o IPVA no estado do Paraná e que, por uma coincidência do destino, seus deslocamentos são somente feitos em estradas pedagiadas? Quer dizer, esses paranaenses pagam o pedágio, pagam o IPVA e não têm nenhum benefício fiscal. Ocorre, sim, uma espécie de bi-tributação em cima desses paranaenses que pagam duas vezes e não têm o serviço. Esse é o maior problema quando você aumenta as taxas do IPVA. O IPVA, pura e simplesmente, já é um imposto injusto para aqueles que pagam o pedágio das rodovias pedagiadas, quando se trata de aumento, num momento onde o mundo diz para enxugar a máquina pública, que ninguém mais da sociedade agüenta a carga tributária em que vivemos no nosso país.

Acredito que o Governador do estado está indo na contramão da história ao mandar essa mensagem para a Assembléia Legislativa.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Deputado Osmar Bertoldi, o Governador Roberto Requião se elegeu duas vezes, em cima do maldito pedágio. É o maldito pedágio que deu duas eleições para o Governador do Estado do Paraná. Isso que falei com os trabalhadores, Agentes de Saúde, ele disse que em 2002: “Se eu for eleito Governador, acabo com o pedágio no Paraná”.

O pedágio não baixou e não acabou, aumentaram as praças de pedágio. Agora, se institui o pedágio indireto. Esses aumentos das taxas do DETRAN, é o pedágio indireto do Governador Roberto Requião, porque o excedente no DETRAN passa para a Secretaria dos Transportes. Agora aumenta as taxas e vai passar mais dinheiro para a Secretaria dos Transportes para conservar as rodovias estaduais. Por essa razão que digo: pedágio indireto, pago por todos os cidadãos que usam, ou que não usam, as rodovias estaduais ou federais. Esse é o pedágio indireto, instituído por um homem que é contra o pedágio no estado do Paraná.

O segundo item é aquilo que saiu no jornal, hoje, de Cascavel, Jornal do Paraná: “COPE conclui inquérito sobre o confronto”. Aquele confronto da Fazenda Syngenta.

Pasmem, Srs. Deputados, não é possível, com todo respeito que tenho com o COPE do estado do Paraná, não é admissível que eles façam conclusão de um processo de inquérito apenas responsabilizando os Agentes de Segurança da empresa de segurança de Cascavel e sua empresa, dizendo que eles foram os causadores e os responsáveis. Foram indiciados pelos dois homicídios que aconteceram na Fazenda Syngenta.

Olha, de sã consciência, façamos uma análise. O que aconteceu na Fazenda Syngenta? Ela foi invadida uma vez, saiu o pessoal. Foi invadida a segunda vez, saiu o pessoal. Foi invadida pela terceira vez. Ora, daria para dizer a mesma coisa, você está na sua casa, na sua propriedade, vem um ladrão na sua casa, assalta a sua casa, você expulsa aquele cara, você bate, ou tira até vida do ladrão. Daí você é indiciado e não o ladrão, aquele que saiu com vida. Esse não é indiciado. É indiciado o proprietário, aquele que protege a sua propriedade. Para mim, com todo o respeito que tenho, não é possível que a Polícia Civil tenha chegado a essa conclusão. Esta é a nota que traz o Jornal do Paraná, de Cascavel.

Como disse o próprio advogado da empresa a que pertence o segurança: “É, sem sombra de dúvida, um trabalho, um levantamento feito, o inquérito, não com imparcialidade”.

Porque você vai indicar, apenas os seguranças? Eles foram os responsáveis pelas mortes? Ora, a fazenda estava desocupada, ninguém estava naquela fazenda. De repente a fazenda, pela terceira vez, é invadida. Por quem? Pela Via Campesina. Aí, a Polícia Civil e o COPE vão indiciar quem? Vão indiciar o segurança e não indiciam ninguém da Via Campesina ou do MST.

É lamentável que se chega a essa conclusão, embora que isso é inquérito policial e agora vai tramitar na Justiça essa ação que esperamos que possa exatamente prevalecer a verdade. Somos contra a violência, nem a favor de um, nem a favor de outro. O que nós queremos sim, é que volte a paz no campo. A tranquilidade tem que reinar. E se continuar da forma como estão agindo, ninguém sabe o que poderá acontecer, no dia de amanhã, no campo.

É o conflito sim! Existe o confronto. Existe o confronto sim! E temo muito pelos piores que possam acontecer.

O Sr. Ney Leprevost (PP) (Aparte)

Nobre Deputado, quero cumprimentá-lo pela sua explanação na Assembléia Legislativa do Paraná.

Quero dizer que estive conversando longamente na semana passada com o professor Rene Dotti, que é um dos maiores juristas, não apenas do Paraná, mas do Brasil, inclusive, hoje está recebendo uma medalha no Congresso Nacional. E o Dr. Rene me mostrou uma decisão judicial do Juiz Gamaliel Seme Seaff que abre um precedente extremamente complicado para o Governo do Estado do Paraná. E as próximas decisões judiciais se baseando nesse precedente, tenho a certeza de que o Governo do Estado irá criar um passivo extremamente elevado devido a não desapropriação de terras que estão invadidas.

Só para que o senhor tenha idéia, se o Governo do Estado não estivesse cumprindo a decisão judicial, não sei se hoje está ou não, são R\$ 50 mil por dia que o estado tem que pagar de multa por não fazer a desapropriação.

Preocupo-me com isso e o Juiz diz aqui na sua decisão que a histórica e endêmica má condução política em nosso país no setor fundiário fez e fará surgir grupos como o MST, os quais, por sua vez, buscam por meio da violência e da quebra da ordem legal sanar suas necessidades básicas afetando direitos constitucionais. E mais para frente ele coloca, Deputado: “Essa Câmara entendeu ser correta a determinação ao estado do Paraná para que realize a desocupação do imóvel litigado em 15 dias sob pena de multa diária de R\$ 50 mil”. Mais adiante ainda, o Juiz Gamaliel afirma que no caso em apreço, pessoas foram mortas no confronto e que a responsabilidade pode ser evidentemente direcionada para o Governo do Paraná. Ele diz aqui: “Todavia o MST tem mira, neste caso, uma propriedade que não é improdutiva, ao contrário, trata-se de verdadeiro laboratório de pesquisa de transgenia, não por coincidência, uma prática literalmente satanizada por S. Exa., o Governador deste estado.” Palavras do Juiz, não são palavras minhas. Diz ainda o Juiz: “Destarte restará apenas ao MST como ferramenta de uma política de Governo contra os transgênicos, cuja posição ideológica ainda que acertada do ponto de vista ecossistêmico, operacional e até econômico, não encontrará suporte legal ou jurídico para tal atuação porque é indubitavelmente con-

trária ao direito. O movimento e a conduta são de caráter notoriamente políticos e anti-jurídicos, além de atentatórios à paz social.”

Diz ainda o Juiz, e desculpe me alongar no aparte, mas estas colocações são importantes, até para reforçar seu pronunciamento: “O Paraná está em região de fronteira, onde já se desencadeou no passado não tão distante” - aí fala da Guerra do Paraguai, e no final: “Estes atos atentatórios ao Direito Nacional e às instituições podem vir a tornar-se de conseqüências inimagináveis, se alcançarem proporções de descontrole.”

São estas as palavras do Juiz, e ao final ele diz: “Diante disso, como última via, só resta mesmo a imposição de Astrentes e estas contra o estado do Paraná, não contra a pessoa do Sr. Governador do Estado, pois que apenas o ente federativo e permanente e de pronto localizável, de modo a propiciar uma maior celeridade e efetividade neste processo.”

Ou seja, em resumo, Deputado Elio Rusch, o Governador decide politicamente, baseado na sua ideologia pessoal, promover a...

A SRA. PRESIDENTE (Luciana Rafagnin)

V. Exa. já passou bastante do seu horário, Deputado.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Sra. Presidente, concluo.

Agradeço o aparte do Deputado Ney Leprevost e à presidência, pelo tempo a mais que a senhora deu para o nosso pronunciamento. A senhora foi bem benevolente.

Muito obrigado.

Encerro, dizendo o seguinte: dentro do raciocínio do Deputado Plauto Miró, o passivo que este Governo vai deixar para os próximos Governos é algo inimaginável. Espero, apenas, que a justiça seja feita, doa a quem doer, mas nem a Polícia e nem a Justiça sejam parciais. Vamos julgá-las com total imparcialidade, para que a paz possa reinar, novamente, aqui no estado do Paraná.

A SRA. PRESIDENTE (Luciana Rafagnin)

O próximo orador inscrito é o Deputado Ademar Traiano.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes que nesta tarde prestigiam esta Casa. Nós voltamos à tribuna para fazermos, aqui mais um comentário. Retomarmos aqui que já havíamos feito no dia de ontem, na semana que passou, com relação a este aumento abusivo, exorbitante, de impostos que o Governo do Estado pretende aprovar nesta Casa.

O Deputado Elio Rusch, com muito propriedade, já teve a oportunidade de fazer um relato. E sua posição é clara e do seu partido, com relação aquilo que pretende o

Governo, neste aumento abusivo de taxas do DETRAN, aumento de alíquotas de impostos do IPVA, enfim, do ITCMD Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação, projeto este que já está no plenário desta Casa, sendo apreciado pelas comissões e que na sequência deverá vir a Plenário para a devida apreciação. Mas, quero me reportar a uma matéria apresentada, trazida no dia de hoje pelo jornal Gazeta do Paraná, onde fala que o movimento em defesa da redução das tarifas de pedágio quer propor um plebiscito no Paraná sobre o pedágio.

Ora, Srs. Deputados! Este movimento é público e notório que é sustentado, amparado pelo próprio Governo do Estado. Quem está liderando o movimento são pessoas e líderes políticos, diretamente ligados ao Governo do Paraná. O Governo do Paraná já no curso da sua campanha eleitoral, usou o pedágio como verdadeiro engodo e o seu discurso se transformou em um grande estelionato eleitoral, garantindo a sua eleição para o Governo do Paraná e na sequência a sua reeleição, usando o pedágio como uma das grandes bandeiras da sua caminhada eleitoral. E os paranaenses foram enganados, porque lamentavelmente o discurso caiu no vazio, o pedágio não abaixou e não acabou, como dizia o Sr. Governador dos paranaenses. E agora, mais uma vez, cria-se um movimento, com o objetivo de manter viva essa chama criada pelo Governador Roberto Requião e que, até o presente momento em lugar algum chegou, a não ser criar um factóide e fazer com que esse discurso possa se manter vivo, com a esperança de manter a imagem do Governador sustentada, por um discurso que na verdade se transformou em um discurso enganador.

Mas, o que quero propor nesta tarde, Srs. Deputados, na verdade, é sugerir aqueles que comandam esse movimento e ao próprio Governo do Paraná, que já que há iniciativa de se criar um plebiscito para discutir a questão pedágio no Paraná, porque o Governo não propõe um plebiscito aos paranaenses, para discutirmos os aumentos das taxas que estão propondo com relação ao DETRAN e também o aumento do IPVA no Paraná? Essa é a minha iniciativa, já que o Governo quer discutir, através de um plebiscito, a redução das tarifas do pedágio, que até o presente momento não o fez - sendo que já sabia perfeitamente que não era possível - pois como advogado que é, jurista que é o Governador, desde o primeiro momento, quanto começou a advogar as tarifas do pedágio, tinha pleno conhecimento que isso não era possível, em função dos contratos muito bem firmados pelas concessionárias. Por que o Governo não propõe um plebiscito neste estado para discutirmos esses aumentos exorbitantes e aviltantes que propõe, que chegam à ordem de 250% com relação às taxas do DETRAN?

Passa a usar o horário da Liderança do PSDB

E vou mais além, entendo que já que sobra dinheiro nos cofres do DETRAN do Paraná e que, o

Governo todo ano faz um raspa tacho desses recursos para sustentar o caixa do Tesouro do Estado - muitas vezes defasado e com dificuldades no final de ano para suprir as deficiências financeiras - por que o Governo, já que sobram recursos no DETRAN, não utiliza esses recursos para subsidiar as taxas que quer aumentar agora e dar ao contribuinte paranaense uma situação igualitária a todos, uma redução de taxa, das carteiras, enfim, de todas as taxas que nós paranaenses temos que recolher no momento em que vamos fazer um novo documento no DETRAN?

Essa é a minha proposta aos paranaenses e ao Governo do Paraná. Quero crer que ela é simpática. Tenho a convicção que se o Governo agisse dessa forma e tomasse essa decisão, com certeza ganharia a simpatia dos paranaenses em um programa amplamente social, dividindo aquilo que já contribuímos com impostos e taxas lá no DETRAN em uma divisão igualitária, a todos que procurassem o DETRAN para fazer os seus documentos necessários, junto aquele órgão importante deste estado. Esse com certeza será um grande programa e proponho ao Governador Roberto Requião, já que ele advoga aos 4 cantos deste estado a defesa daqueles que têm menor condição financeira, fala tanto da Carta de Puebla, por que não aplica agora já que os recursos do DETRAN estão sobrando, estão derramando nos cofres do DETRAN? Por que não aplica essa sobra de caixa financeira numa redução das taxas, ao invés de propor o aumento das taxas para o estado?

Com certeza, Deputado Elio Rusch, Deputado Carli, esta proposição de aumento nada mais é do que um atestado do próprio Governador de que o estado está numa situação financeira difícil, porque quer buscar mais recursos, quer colocar no ombro do trabalhador paranaenses uma sobrecarga de taxas, de impostos para melhorar e equilibrar as contas do Governo do Estado.

Por esta razão, venho à tribuna dizer a todos os paranaenses que me indignei ao ver essa proposição do movimento em defesa das tarifas de pedágio do Paraná propondo um plebiscito. Este será mais um engodo que o Governador paranaense está propondo a todos nós, é mais uma enganação, porque temos consciência que já perdeu em todas as instâncias, as lidas e as discussões jurídicas que travou com as concessionárias, e não será desta forma que vai atingir os seus objetivos. É mais um engodo político proposto pelo Governador a todos aqueles que se somam, ao seu conjunto de forças e que advogam este movimento aqui no Paraná.

Por esta razão, tenho consciência absoluta de que a melhor atitude do Governador neste instante seria, sim, propor um plebiscito aos paranaenses para não aumentarmos as taxas, para não aumentarmos os impostos, e fazermos um rateio da sobra de caixa que tem no DETRAN dividindo entre todos aqueles que vão utilizar-se de um benefício, de um documento no DETRAN com uma redução de taxa naquilo que vão propor. Essa é a nossa preocupação, Srs. Deputados, e é por essa razão que subi-

mos à tribuna desta Casa para trazermos aqui uma preocupação, com certeza será também e é de todos os demais Parlamentares deste Parlamento Estadual.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da saúde aqui presentes.

Exatamente sobre saúde o tema que vamos tratar nesta tarde. Na manhã de hoje, a Comissão de Saúde, sobre o comando do Deputado Ney Leprevost, realizou uma Sessão em que esteve presente o Dr. Fuad, Promotor Público de Ponta Grossa, e esteve presente também nessa reunião o Secretário Gilberto Martin, representando o Governo do Estado. Durante todo o debate abriu-se uma polêmica quanto ao relatório proferido pelo Promotor, e que foi debatido por vários Deputados que têm conhecimento na área médica, e que no transcorrer do debate deixou uma grande dúvida entre nós, a necessidade de se auditar o relatório proferido pelo Dr. Fuad. E eu sugeri ao nosso Presidente Ney Leprevost, e que a comissão aceitou o pedido que encaminhei, e foi devidamente registrado na Sessão da Comissão de Saúde, que esta Casa possa fazer com que sejam analisados com profundidade os dois relatórios, tanto o relatório do Ministério Público quanto aquilo que diz que é o contrário, o documento da Secretaria da Saúde do Estado do Paraná.

Por isso, Deputado Ney Leprevost, estou sugerindo, através de um requerimento ao nosso Presidente, a nossa Comissão Executiva desta Casa que possa contratar uma equipe técnica para analisar, nos dar balizamento da real situação do relatório do Promotor e do relatório que deverá ser emitido pelo Governo do Estado. Esta Casa passa a ficar no meio, entre as acusações do Promotor e as conclusões que chega a Comissão da Secretaria de Saúde. Contratar uma equipe em nível nacional para tirar a nossa dúvida, se está certo o relatório do Promotor, se está certa a Secretaria da Saúde. Enfim, tirar a nossa dúvida com relação a essa questão envolvendo a saúde de Ponta Grossa, dos campos gerais.

Estarei amanhã fazendo alguns requerimentos que são pertinentes na questão que envolve o relatório e outros documentos que são importantes pedir, para buscarmos a verdade nesse caso. Foi importante a reunião, porque ouvimos os dois lados. Há uma grande divergência, e não deve ser política, deve ser técnica e saneadora.

Gostaria também de cumprimentar todos os companheiros da saúde que estão aqui presentes e dizer que terão o meu apoio ao projeto das 30 horas. Entendo ser uma conquista da classe, e brigamos tanto pela saúde.

Então, temos que respeitar quem mais cuida da saúde, que são os nossos sofridos servidores.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próxima oradora inscrita, Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero saudar todos os servidores da saúde que aqui se encontram, e os companheiros das Casas Familiares Rurais do estado do Paraná, que estiveram presentes na manhã de hoje participando de uma Audiência Pública.

Gostaria também de dizer a todos os servidores da saúde, já me manifestei em outros momentos, que sou solidária a esta luta, estamos juntos. É um assunto que precisamos debater bastante e entrar num entendimento junto ao Governo do Estado.

Agradecer o Presidente Nelson Justus pela atenção, participando da nossa Audiência Pública, liberando o plenário desta Casa. Agradecer o cerimonial desta Casa, trabalharam muito bem conosco, o sucesso da Audiência Pública depende muito disso. Agradecer às taquígrafas e todos os demais funcionários desta Casa que estiveram à nossa disposição na nossa Audiência Pública. Com muito carinho quero dizer que, no dia de hoje votaremos um projeto importante para as Casas Familiares Rurais.

É bom dizer que estamos trabalhando a questão da educação, porque sempre que falamos das Casas Familiares Rurais, muitas vezes é confundido com o programa de habitação. Estamos falando da educação. De uma educação que trabalha a pedagogia da alternância. De uma educação que já formou, nesses 20 anos de Casas Familiares Rurais no nosso estado, mais de 6 mil alunos.

Temos mais de 2 mil alunos que estão estudando neste momento. Temos 138 monitores que estiveram na Audiência Pública de hoje, reivindicando melhorias na questão do trabalho, na questão salarial.

O projeto de autoria desta Deputada vai ao encontro de uma grande reivindicação que vai dar um pouco mais de resistência, de ânimo e de otimismo para os nossos monitores e uma certa garantia ao trabalho a ser feito pelas Casas Familiares Rurais. Essa é a garantia que as casas precisam, porque a partir do momento que for aprovado esse projeto nesta Casa, que o Governador - esperamos - sancione esse projeto. Com certeza, as casas poderão trabalhar com um pouco mais de segurança, porque não vamos mais precisar esperar os convênios serem assinados todo ano, já que vai ter um orçamento próprio, vai constar no orçamento do estado.

Então, o recurso destinado ao funcionamento das casas vai dar uma certa autonomia para as Casas Familia-

res Rurais e vai garantir a continuidade desse trabalho importante, que é a formação dos nossos jovens.

É bom dizer, também, que falava o José Maria, representante da ARCAFAR, aqui, hoje de manhã, que cerca de 80% dos jovens que passaram pelas Casas Familiares Rurais de nosso estado permanecem na agricultura, no campo e com uma vida digna, com alternativas de sobrevivência no campo. Então, é muito importante este trabalho e precisamos fazer com que o estado valorize ainda mais.

Temos tido a parceria do estado, do Governo Federal, dos municípios, tivemos a presença de vários prefeitos, vereadores, professores, diretores da ARCAFAR. Essa parceria que tem com os Governos, seja em nível municipal, federal ou estadual, é uma parceria importante que precisa dar continuidade. Por isso, na Audiência Pública de hoje se tirou uma comissão que vai procurar, ainda nesta semana, estamos aguardando a resposta do Secretário da Educação para uma Audiência, para poder levar as reivindicações aqui apresentadas na Audiência Pública. O objetivo maior é um salário digno aos monitores ou uma melhoria salarial e, também, junto com isso, o apoio que o Secretário Maurício já declarou a este projeto que será votado, nesta tarde. Esta Deputada pediu preferência na ordem de votação e gostaria de pedir o apoio de todos os Parlamentares desta Casa, tanto para que aproveamos a preferência de votação, como o apoio a este projeto que é de fundamental importância para as casas familiares rurais.

Também ia me reportar, Presidente, já encerrou o meu tempo, num próximo momento vou falar, mas sobre uma importante luta que estamos levando. No dia de ontem, eu não estava presente nesta Sessão porque estávamos na região sudoeste participando de um seminário regional que está discutindo a universidade federal da mesorregião. Então, é uma universidade que já foi dado o sinal verde pelo Governo, pelo Presidente Lula, pelo Ministro da Educação e, agora, estamos debatendo com a sociedade. A implantação dessa faculdade vai contemplar o sudoeste do Paraná, o oeste de Santa Catarina e, também, a região norte do Rio Grande do Sul. Lembrando que no Paraná, agora, está na luta a região de Canto Piri-guaçu que também está se somando a esta luta pela universidade federal.

Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente. Mais uma vez, agradeço a atenção dada à Audiência Pública de hoje de manhã. Um grande abraço a todos e reforçamos o apoio dos Deputados a este projeto que vamos votar - o item 11 da pauta - que estamos pedindo preferência para ser o primeiro da Ordem do Dia. Um abraço a todos os companheiros e companheiras das casas familiares rurais que estão aqui e também ao nosso pessoal da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa cumprimenta e se solidariza com a Deputada Luciana Rafagnin pelo brilhante encontro que patrocinou, hoje pela manhã, nesta Casa. Foi algo que,

realmente, enriqueceu a nossa manhã e este Plenário. Parabéns e tenho certeza, como disse nesse encontro, que todos os Deputados lhe darão guarida nessa luta. Parabéns Deputada!

Quero aproveitar esta oportunidade para convidar os Deputados para um encontro, amanhã, aqui, do PARLASUL - Parlamento Sul, que vai se realizar pela primeira vez no Paraná. Teremos o Presidente do Mato Grosso do Sul, o Deputado Maurício Picareli, os Deputados do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso, do Chile. Gostaria de convidar os nossos companheiros, nobres Pares, para que estejam aqui pela manhã. Será um encontro patrocinado pelo Deputado Caíto, que não poderá estar presente.

Não ficaria bem para esta Casa se não tivéssemos uma boa representatividade. O Governador Orlando Pessuti estará aqui, amanhã, e logo após organizará um almoço no Palácio para todos os participantes. Portanto, convido os nobres companheiros para amanhã, às 9h30 ou às 9h00 da manhã, estejam aqui.

Concedo a palavra ao Deputado Péricles, ainda no Pequeno Expediente.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero saudar os funcionários da saúde no estado do Paraná, a representação sindical, sejam muito bem-vindos, é importante a presença de vocês nesta Casa, para o fundamento dos debates democráticos da sociedade. E também os companheiros da Casa Familiar Rural, cumprimentar a Deputada Luciana Rafagnin pela Audiência Pública que fez hoje pela manhã, em um encontro tão importante para o nosso estado. E também os alunos do Colégio Estadual do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero inicialmente fazer uma coisa que não é de costume. Li um artigo, na semana passada, na Folha de São Paulo, que achei primoroso, de um intelectual e empresário da mais alta respeitabilidade social e pública, o Sr. Oded Grajew, cujo título diz Livrar a política do dinheiro. Faço questão de ler esse artigo nesta Casa, nesta tribuna, para que conste nos Anais, por achá-lo precioso ao dar um rumo a essa discussão tão importante para o futuro do Brasil, que nos atinge diretamente a todos.

(Lê):

“O câncer da corrupção se instalou na política institucional, está avançando, ameaça se tornar uma metástase e matar o que resta de credibilidade nas instituições públicas e na democracia. O pior que pode acontecer é atribuir tal calamidade a determinado partido, Governo, pessoa, razões históricas e culturais (brasileiro é assim mesmo). Ou ainda a questões morais, já que o que nos restaria seria oscilar entre o pessimismo e o fatalismo (não tem jeito mesmo) ou achar que, mudando de partido,

Governo, pessoa ou apenas pregando valores morais, acabaríamos com a corrupção na política.

Já que a corrupção é quase generalizada, precisamos tomar consciência do processo que gera tantos desmandos. Quem tem um pouco de informação do que ocorre na política sabe que o processo danoso se chama financiamento de campanhas eleitorais.

Para se eleger, é preciso arrecadar cada vez mais recursos, pois as campanhas são ainda mais caras. Quem não consegue arrecadar uma boa quantia de dinheiro tem pouca chance de se eleger. Quem investe nos candidatos quer retorno, e a maioria dos políticos passa metade do mandato tentando retribuir as doações e a outra metade tentando assegurar recursos para a próxima eleição. O retorno se dá ou por medidas que beneficiam só os doadores ou por meio de acesso privilegiado a recursos públicos.

Não conheço nenhuma empresa que goste de ver seu nome aparecer na lista oficial de doadores. Por isso, a grande maioria dos recursos de campanha (mais de 80%) tem origem em caixa dois e em outras atividades ilegais que, infelizmente, ganham cada vez mais influência na política.

Esse sistema perverso produz uma classe política em geral de baixíssima qualidade (com minoritárias e honrosas exceções), que não hesita em usar o cargo para o enriquecimento pessoal e para a formação de vultosas caixas de campanha.

A política está virando um grande negócio movido majoritariamente por dinheiro ilegal, que pavimenta o caminho da eleição e cobra retorno lesivo à democracia e aos interesses sociais, econômicos e éticos do Brasil.

Não podemos nutrir nenhuma esperança de que o Congresso Nacional introduza mudanças profundas no processo político, pela simples razão de que essas mudanças inviabilizarão a carreira política da maioria dos atuais políticos que chegaram ao poder graças ao sistema atual (é por isso que nunca sai do discurso uma verdadeira reforma política). Mudanças para valer serão, por exemplo:

1) cada candidato ter o direito a um valor fixo e predeterminado para sua campanha, a depender do cargo pretendido (valores diferentes para cargo de Vereador, Deputado, Senador, Prefeito, Governador e Presidente);

2) o candidato pode optar por recursos privados ou públicos, alegando que não quer usar o dinheiro do contribuinte ou que não quer ter “rabo preso” com ninguém (é assim em alguns estados nos Estados Unidos);

3) o candidato ter que publicar diariamente, via internet e na porta do comitê eleitoral, as suas despesas;

4) o candidato e o doador que cometerem irregularidades serem punidos de forma rigorosa. Além de permitir que pessoa de bem, mas sem recursos, possam se eleger (o que é muito difícil atualmente), esse sistema permitirá aos eleitores, durante a campanha eleitoral, saber quem financia a campanha do candidato. Também oferecerá instrumentos à sociedade, à mídia, à Justiça

Eleitoral e aos adversários políticos para detectarem quando o candidato omite alguma despesa ou quando desenvolve atividades acima do limite legal dos recursos disponíveis (uso de recursos ilegais).

Com tais medidas, seria arriscado e tecnicamente muito difícil burlar a legislação. As campanhas seriam menos caras. Aos cidadãos ficaria claro a serviço de quem estão os candidatos que recebem doações privadas, e a possibilidade de usar recursos públicos para as campanhas tornará os políticos mais comprometidos com as causas públicas.

Creio que chegamos ao ponto em que participar é dever cívico e ético, e omissão é cumplicidade. Os riscos para a nossa democracia (demonstrados pela baixíssima credibilidade da classe política, segundo pesquisas de opinião) são enormes.

Uma possibilidade que vejo, não apenas para protestar, mas principalmente para viabilizar propostas como essas, é uma ampla e forte mobilização da sociedade. Foi assim que mudanças profundas aconteceram no Brasil. Quanto antes, melhor!

(Oded Grajew, 63, empresário, é Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.)”

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Acho esse artigo primoroso, e falo isso como fundador nacional do Partido dos Trabalhadores, há 27 anos nesse partido, um partido que nasceu com propostas generosas da classe operária, dos humildes, pessoas que não tiveram nem vez, nem voz e que também, infelizmente, como os demais partidos, foi vítima de um processo amplo de financiamento ilegal de campanha eleitoral. E todo Brasil sabe o resultado que isso deu. Por isso, mais do que nunca, todos os políticos, a sociedade brasileira deve pensar que a principal bandeira, talvez, para reformar o Brasil, é a reforma política e o financiamento da campanha eleitoral.

Depois de ler esse artigo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de fazer alguns comentários sobre alguns pronunciamentos. Tínhamos dois pronunciamentos, com todo respeito Deputado Elio Rusch, Deputado Traiano, completamente equivocados, na minha opinião. Em primeiro lugar, confundir ladrão com MST é um vício ideológico profundo. O MST é um movimento social que envolve milhares e milhares de pessoas que nunca tiveram terra e quando tiveram foram vítimas de um processo excludente, coletivo, não individual.

Quem conhece a história econômica do Paraná sabe o que aconteceu na década chamada modernização conservadora. Milhares e milhares de pequenas propriedades foram destruídas. Concentração do projeto da terra. Um país que se não bastasse o processo histórico, via capitânias hereditárias, escravidão, mão-de-obra escrava, imigrantes pobres trazidos para as grandes fazendas de

café, para super exploração. Um país em que 2% dos grandes proprietários são donos da metade do território nacional, confundir as ações pacíficas do MST como se fosse um ladrão é um equívoco profundo, é um desserviço a consciência social. Então, não podemos aceitar isto.

Quanto li o seu discurso, eu estava lendo aqui o artigo, Deputado Elio Rusch: "Inquérito incrimina segurança por conflito na Syngenta". Prestem atenção, não sei se o senhor leu isto. Durante o trabalho policial os acusados se negaram - os jagunços da Syngenta - a prestar esclarecimentos, preferindo se manifestar na Justiça. Os próprios donos da fazenda, isto é uma coisa interessante, os donos da empresa, da Syngenta, claramente se manifestaram publicamente, Deputado Tadeu, dizendo que não tinham nada a ver com esse ato violento da empresa contratada - foi um ato da própria empresa - porque o MST ocupou pela terceira vez, ocupou pacificamente, se não me engano eles colocaram um rojão lá, porque eles sempre fazem ocupação pacífica, esta é uma estratégia do MST. Agora, a empresa chamou os seus funcionários e foram fortemente armados atacar trabalhadores que, no máximo, tinham espingarda lá e que acabaram tendo que se defender e se recusaram a dar depoimento na Polícia.

Não podemos confundir estas coisas. A criminalização do movimento social, se começarmos a ...

(ininteligível)

... no Brasil, se não existisse o MST, a criminalidade no Brasil seria muito maior, porque são pessoas que poderiam muito bem, pelo estado de miséria, de sofrimento, caminhar pelo caminho da criminalidade, mas preferem se organizar coletivamente para ter um pedaço de terra para trabalhar, para dar sustento para seus filhos e organiza ocupações pacíficas, claro, é uma estratégia pacífica, porque é impossível aos proprietários, por mais que se armem, defender 8 milhões e 500...

(Vozes paralelas)

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Um aparte, Deputado?

(Vozes paralelas)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

... é claro que é uma estratégia, para forçar um Governo que historicamente o estado sempre defendeu os interesses da grande propriedade da terra, não tinham outra alternativa, fazem ocupações pacíficas e através dessas ocupações milhares e milhares de pessoas hoje vivem com um mínimo de dignidade. Passa pelo Paraná, o senhor conhece o Paraná - o senhor é da região oeste paranaense - sabe quantas pessoas hoje vivem graças a uma ocupação de terra que aconteceu.

Então, nós não podemos confundir. Ora, o senhor chamou o MST de ladrão. Confundir movimento social com criminoso, confundir jagunços armados que vão

para matar, assassinar. Tenho informação, Deputado, que o Líder do MST foi assassinado com um tiro na cabeça, ele estava agachado atrás de um carro e o jagunço, traves-tido de segurança privado, deu um tiro sem nem olhar para o dono da cabeça e matou, tentou matar outra moça, ela se desviou, o tiro pegou no rosto. Não podemos, não podemos confundir estas coisas, por favor, são coisas totalmente diferentes.

O segundo erro que eu acho, desculpem os Deputados, todo o respeito que eu tenho por eles, é confundir taxa com pedágio. Ora, os Deputados têm toda a razão de criticar, podem ser contra o aumento das taxas, vamos avaliar, o nosso partido, a nossa posição, inicialmente também não queremos aumento de taxas, mas taxa é uma coisa que vem para o estado. Uma taxa: quem faz a carteira de trânsito paga uma vez pela carteira. Pedágio: é cotidiano, é cotidiano. Outra coisa, a taxa se transforma em dinheiro público, quando é paga. O pedágio enriquece grandes empresas. O terceiro argumento: não podemos baixar a cabeça e dizer - porque a Justiça deu pareceres contrários - então, nada mais nos resta a fazer a não ser aceitar a injustiça. Esta é uma postura de cabeça baixa, se submeter aos interesses dominantes. Não! O estado é o representante do interesse geral. Nunca podemos achar que a Justiça é dona absoluta da razão. Disse uma vez, acatou-se, entra-se com outra ação. O estado tem múltiplas formas de intervenção no pedágio, pode ter intervenção, existem infinitas possibilidades de ação social. Um plebiscito é uma ação legítima, para ouvir a vontade geral das pessoas que compõem uma sociedade.

Então, acho que são confusões conceituais terríveis para a sociedade, para a democracia e para aqueles que acreditam que pode haver sociedade mais justa, mais distribuição de renda, da terra, mais igualdade.

Então, queria ponderar sobre essas duas questões colocadas, para terminar o meu pronunciamento, Sr. Presidente, quero elogiar a postura da Comissão de Saúde da Casa, o Secretário de Saúde e o Promotor Fuad. Podemos ter discordâncias, mas ele tem feito pesquisas, auxiliado a todos, foi uma Audiência que se esclareceram muitas coisas. O Secretário mostrou que ele é, a mais alta competência técnica, uma visão humanista, conhece saúde pública como poucos no nosso estado.

Hoje o Deputado Jocelito propôs uma auditoria, mas para nós investigarmos, com profundidade, a questão de saúde de Ponta Grossa. Temos que investigar a ação do município, a ação do estado e do Governo Federal. Assim, dessa forma, teremos uma radiografia completa sobre a saúde de Ponta Grossa e aí poderemos falar, com clareza para a comunidade ponta-grossense do Paraná. Parabéns à Comissão de Saúde, ao Secretário, ao próprio Promotor, ao Deputado Jocelito que esteve presente com outros Deputados.

Por último gostaria de convidá-los, a todos, para amanhã uma Sessão Solene em comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra. A Sessão era para ter ocorrido ontem, mas como era terça-feira e a Sessão

Ordinária da Assembléia, às vezes demora, marcamos para amanhã às 18h com vários homenageados. Foi uma solicitação de uma pessoa conhecida de todos os paranaenses para comemorar os 312 anos da morte de Zumbi dos Palmares, o cônsul Ozeil, da República do Senegal. Como Presidente da Comissão de Educação e Cultura dessa Casa, estarei à frente dessa Sessão e convido a todos os parlamentares para comparecer amanhã a partir das 18h.

Obrigado e desculpem não tenha havido tempo para os apartes, mas continuaremos debatendo numa próxima oportunidade.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrado o Pequeno Expediente. No Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossos convidados da Saúde, alunos do Colégio Estadual, sejam todos bem-vindos, é muito bom tê-los aqui.

Antes de iniciar, Deputado Rossoni, Deputado Péricles, o pronunciamento que me traz a esta tribuna tem a ver especificamente com a luta das 30 horas da Saúde. Quero só fazer uma consideração, o Deputado Rossoni já abordou uma vez aqui e quero só lembrar.

Se há erros hoje por conta da questão do pedágio, Deputado Péricles, e se o Governador Requião por duas vezes, se elegeu, se reelegeu, inclusive com o discurso do pedágio, isso também é verdadeiro para o Governador Jaime Lerner. Os senhores estão lembrados que em 1998 houve uma redução na taxa do pedágio de cerca de 50%. Eu, na época não era Deputado, mas lembro que as pessoas ficaram eufóricas porque finalmente o pedágio havia sido reduzido em 50%, por um ato desta Assembléia Legislativa, inclusive, feito numa negociação com o Governador Jaime Lerner e com as concessionárias do pedágio. Qual não foi a surpresa quando pouco tempo depois das eleições, essa mesma Assembléia e os mesmos que fizeram acordo por entenderem que deveriam fazer um reajuste o fizeram, não sei se no valor anterior, mas fizeram um reajuste das taxas de pedágio. Então, acho que esse é um assunto que tem que ser discutido com muito mais tempo do que com o foco exclusivo num determinado momento, porque todos estão de acordo, num determinado momento em que nós temos as taxas de pedágio sendo cobradas de forma abusiva, muitos concordam que as taxas são mais caras do que deveriam ser.

Agora, não vai ser fazendo movimentos que possam simplesmente, neste ou naquele setor, neste ou naquele momento, ter uma aceitação popular maior e, por vezes, achar que com essas ações que vamos resolver o problema, que ele será resolvido. Só estou lembrando

isso porque acho que, às vezes, o caminho da negociação, o caminho da paciência, o caminho da tentativa de acordo pode ser mais longo, mas ele sem dúvida nenhuma, é mais duradouro do que ações intempestivas que sejam tomadas apenas e unilateralmente.

Falo isso, Sras. e Srs. Deputados, porque hoje o Sindicato da Saúde está aqui entregando um abaixo assinado que tem cerca de 5 mil assinaturas, que faz novamente um apelo para que encontremos uma solução para a situação vivida hoje pelos servidores da saúde. Saúde pública que no estado do Paraná, há cerca de 20 anos, com uma única exceção de 2 anos atrás, não tem tido concurso público para repor os seus quadros, que por aposentadoria, por morte, por exoneração, por demissão voluntária, vão saindo dos quadros da saúde e vão diminuindo o efetivo da Saúde. A Saúde, que no estado do Paraná tem por parte dos servidores uma dedicação extremamente louvável, porque mesmo nos momentos mais difíceis - e esses últimos nove meses não tem sido fáceis - os servidores da Saúde não desistem, não se entregam, mas, também não abrem mão das suas prerrogativas de atender bem à população. Tem feito o trabalho nas unidades de saúde, no serviço de radiologia, nos serviços feitos com os psicólogos, dentistas, com os técnicos em laboratório.

Ainda que estejam sofrendo um imenso assédio moral dentro do espaço de trabalho, por quê? Porque há uma situação absurda dentro da Saúde e, já tive a oportunidade de usar esta tribuna quando debatemos a questão das 30 horas, fazer um apelo para que encontremos uma solução para a situação que perdura nove meses. Apenas para lembrar que há nove meses, servidores e servidoras da Saúde que não se dobraram, que não se entregaram, que não estão fazendo aquilo que determinou o Governo através do Decreto nº 4345 de 2005, para que façam as 40 horas, vem fazendo as 30 horas. Mas, vem fazendo 30 horas e vem sendo descontados integralmente. Os hospitais públicos onde os senhores são atendidos, são atendidos por estas pessoas que estão aqui. Pessoas que tem lei federal, como tem os radiologistas para 24 horas; lei federal como tem os dentistas, técnicos em laboratório, bioquímicos e médicos veterinários para 20 horas; lei federal para fisioterapeutas, terapeuta ocupacional e telefonistas para 30 horas e que não vem sendo respeitados. Porque todos, com exceção dos médicos, vem sendo obrigados a fazer 40 horas.

Isso vai criar um passivo para o estado do Paraná, que não é um passivo a ser pago por um Deputado, por um Governador ou por um Secretário. É um passivo a ser pago por toda a população. Aliás, já está gerando um passivo. Temos sim a obrigação de encontrar uma solução para que esse passivo não se alongue. A recomendação de todas as conferências estaduais, nacionais, da Organização Mundial de Saúde, da Organização Internacional do Trabalho é para que trabalhadores da área de saúde façam 30 horas. Isso já acontece em outros estados, em outras cidades, como por exemplo em Londrina, São

Paulo. E já acontece com os servidores públicos federais, que em uma luta histórica em 1984 em uma negociação feita com o então Ministro da Saúde Jarbas Passarinho conseguiram aprovar as 30 horas. O que temos hoje é uma busca e aí me parece que há uma situação contraditória, primeiro porque os descontos que estão sofrendo os servidores da saúde - e a Elaine que está aqui e é uma das coordenadoras do Sindicato de Saúde tem batido nisso - os descontos são aleatórios, os descontos não são feitos, porque o servidor faltou 1 dia, 2 dias, 3 dias ou 10 dias, os descontos são feitos porque não cumpriram as 40 horas, mas cumpriram as 30 horas.

Pasmem os senhores, aqueles que cumpriram as 30 horas, alguns recebem R\$ 2, outros recebem R\$ 4, alguns recebem a metade do seu salário, outros recebem 1/3 do seu salário e todos, indistintamente, têm a mesma situação. Qual é o critério? Por que alguns têm que receber mais e outros menos se não há, absolutamente, nenhum critério? Porque não fazemos a discussão que iniciamos aqui, há 2 anos, de uma forma conseqüente para que o estado tenha o PCCS da saúde, para que se abra a negociação inclusive da implantação das 30 horas, progressivamente, como aliás, foi sugestão feita por um grupo aqui, dentro da Assembléia Legislativa?

Por que não entender que o Governador Requião e o Governador Jaime Lerner também assinaram portarias determinando jornadas específicas? Essas portarias, assinadas por esses dois Governadores, estão sendo descumpridas hoje. Foi assinada pelo Governador que a descumpre.

Qual é a lógica? A lógica é dizer que vamos ter novos hospitais, e por isso precisamos que os funcionários cumpram as 40 horas. Não é verdade! Porque não será com funcionários cumprindo 40 horas, mas tendo um nível de faltas, pelo estresse, pelo cansaço, pela jornada estressante. Muitas vezes o nível de faltas chega a 20%, 30%. Não será dessa forma que vamos resolver esse problema.

Acredito que precisamos fazer aqui na Assembléia um trabalho, primeiro para que possamos revogar o artigo 4º da Lei nº 13666 do Governador Jaime Lerner. O artigo 4º que determina que todos os servidores da saúde, com exceção dos médicos, devem cumprir jornada de 40 horas, mas que depois de 4 anos está sendo usado agora, porque não foi usado desde 2002. O artigo 4º não foi usado desde o processo de votação dessa lei, aqui na Assembléia.

Vejam os senhores, o Deputado Nelson Justus, o Deputado Rossoni e outros Deputados que estavam aqui na Assembléia sabem que a lei foi aprovada, mas nunca, de 2002 até 2007, em 5 anos nunca foi colocada em prática. De repente, se puxou uma lei de uma forma cruel, para se obrigar alguns servidores a fazerem a jornada, que determinada por essa lei seria legal, porque não é, outros que mesmo determinado por essa lei é uma jornada ilegal, porque têm esses outros servidores jornada específica de trabalho.

Quero aqui conclamar todos os Deputados para que possamos fazer um estudo aprofundado dessa Lei nº 13666 e vemos a possibilidade concreta, real, junto com todos os Deputados, porque essa não é uma briga de um partido, não é uma briga de um Deputado, não é uma luta isolada, Deputado Pugliesi. Eu sei porquê o senhor já, por diversas vezes, se manifestou, inclusive solidário aos trabalhadores da saúde. Essa é uma luta que tem que ser encontrada uma solução, por todos os Deputados desta Casa, para que possamos ver a viabilidade de revogarmos o artigo 4º da Lei nº 13666. Abrirmos sim, um espaço real, concreto, um espaço verdadeiro de negociação, um espaço onde não seja uma queda de braço entre o sindicato e o Governo, porque nessa queda de braço entre o sindicato e o Governo todos vão perder. O sindicato não pode abrir mão, de jeito nenhum, do seu direito de reivindicar e de representar os trabalhadores, porque se assim o fizer deixa de ter legitimidade para representar os trabalhadores que aqui estão e que acreditam nessa direção.

O sindicato não pode, em nenhum momento, se deixar dobrar, se deixar esmagar, se deixar fazer passar por pelego, simplesmente, porque há um decreto que não é superior a lei. Há uma lei que não é superior a Lei Federal e que entendem os governantes que devem levar a efeito.

Sei que não é um tema fácil. Sei que, inclusive, dentro do nosso partido há diferenças de pensamento, mas o nosso papel, Deputado Zucchinho, é não deixar que esse assunto seja esquecido. O nosso papel é não deixar que situações circunstanciais criem uma situação que vai ser permanente, porque se circunstancialmente temos uma diferença, ao longo do tempo vamos ter um passivo que vai impactar todo cidadão deste estado. Todos os cidadãos do estado do Paraná vão ser, sim, penalizados, porque os sindicatos já têm ações e eu mesmo vim aqui na tribuna e lembrei aos Srs. Deputados que hoje há ações promovidas inclusive pelos sindicatos, não só para os sindicatos de saúde, mas os sindicatos de odontólogos, por exemplo, porque é inadmissível que quem tem conquistado uma jornada federal, uma jornada por lei federal, que vale para o Brasil todo, só não possa valer para o estado do Paraná. É inconcebível pensar que o estado do Paraná é uma ilha fora da nossa federação que pode, em determinados momentos, Secretário ou Governo agirem como se fôssemos uma república ou um reino independente. Nós não somos. Fazemos parte do Brasil, para aquilo que é bom e para aquilo que não é bom para o governante. Para aquilo que, quando estamos na Oposição, criticamos, mas que quando somos Situação temos que continuar defendendo, sob pena de perdendo a coerência, perdermos a verdade.

Podemos perder tudo, só não podemos perder a verdade, porque quando perdemos a verdade, quando perdemos a condição de representar aqueles que acreditaram em nós durante o processo eleitoral, quando perdemos as condições de dignamente dizer que divergimos soberanamente, mas divergimos e vamos levar essa diver-

gência o tempo todo até as últimas conseqüências. E quando perdemos essa condição, acho que perdemos a condição de nos mantermos enquanto representantes daqueles que dignamente nos deram a condição de estarmos aqui e representá-los.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Não é uma questão ideológica, não é uma questão econômica. Até porque se fosse uma questão econômica, esse estado não teria ficado por 18 anos no Governo Richa, no Governo Requião, no Governo Lerner. No primeiro mandato novamente do Governador Roberto Requião, esse estado não teria ficado com uma jornada de 30 horas para os trabalhadores de saúde.

A questão não é econômica, a questão não é ideológica, porque o Governador Jaime Lerner pensava de uma forma e o Governador Roberto Requião pensava de outra, mas os dois durante os seis mandatos tiveram jornada de 30 horas.

A questão não é de falta de servidores, porque se faltassem servidores e se os servidores fizessem exatamente aquilo que tinham que fazer quando há 15 anos atrás tinham um contingente muito maior com o estado, numa situação diferenciada, onde a população era menos empobrecida do que é hoje e procurava menos o serviço de saúde, que serviço de saúde é esse que com a tecnologia aumentam diariamente as suas demandas? Esses servidores não teriam conseguido cumprir com as suas tarefas que, fazem muitas vezes de forma heróica, fazem muitas vezes de forma que não fariam nenhum outro, que são assediados moralmente por chefias que não estão comprometidas com o serviço público, mas estão comprometidas com o seu cargo, com o seu emprego temporário e não com o serviço permanente. O fazem porque entendem que a saúde não é uma missão, mas é um compromisso. E o fazem porque sabem que pode passar 6 meses, pode passar 1 ano, pode passar 2 anos, pode passar 10 anos, mas os servidores da saúde terão uma jornada de 30 horas regulamentada, respeitada e serão vitoriosos nessa luta porque estão do lado do direito, estão do lado correto. Não vão se dobrar Srs. Deputados. Não vão deixar se esmagar.

Nós que somos Deputados e Deputadas vamos passar, nós já falamos isso Deputado Zucchinho, o senhor que exerce a presidência nesse momento.

Nós vamos passar, mas os servidores da saúde, assim como os demais trabalhadores que nos antecederam, se não forem estes serão outros, vão continuar fazendo aquilo que é sua função dentro do estado, que é fazer o melhor, mesmo quando são humilhados, como estão sendo agora; mesmo quando não são ouvidos, como não estão sendo agora, e mesmo quando estão vendo a Justiça e a lei serem descumpridas, literalmente descumpridas, por entendimento errado, que tem setores do Governo do Estado, mesmo assim cumprem com sua obrigação.

Nós esperamos que o Governo do Estado e os Deputados também cumpram com sua obrigação, e pos-

sam regulamentar esta situação vivida, hoje, que é absolutamente esdrúxula, absolutamente fora de qualquer possibilidade de nós acreditarmos que ela seja real. Mas, ela é real. Ela é real. Mesmo assim, estes servidores continuam.

Então, quero aqui não só prestar uma homenagem a vocês que estão aqui, mas dizer que podem saber que as Deputadas e Deputados de todos os partidos - independente de momentaneamente, de muitas vezes não estarem, talvez, acreditando na possibilidade desta luta ser uma luta vitoriosa - independente disto - todas as Deputadas e Deputados sabem, têm convicção, talvez não votem, mas têm convicção de que a jornada de 30 horas não é um direito do servidor. É um direito da população! É um direito do usuário ser bem atendido! É um direito do cidadão e uma obrigação do estado.

A Sra. Rosane Ferreira (PV) (Aparte)

Apenas para cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, porque é o nosso posicionamento, tanto o senhor quanto esta Casa, os demais Deputados, bem como os servidores que estão presentes conhecem, mas apenas para cumprimentá-lo e nos solidarizarmos com o senhor e falar em nome Bloco Independente, que também defendemos, os 5 Deputados que compõem o Bloco Independente, a legalização das 30 horas, já adquirida por direito dos servidores da saúde.

Muito obrigada.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Muito obrigado, Deputada.

Quero também aqui saudar a Deputada Luciana Rafagnin, o seu mandato, a sua iniciativa, cumprimentá-la pelo belíssimo trabalho que fez na manhã de hoje na Audiência Pública, inclusive com pessoas que estão aqui, que são seus correligionários, que é o pessoal que vem e que acredita muito no seu trabalho, da Casa Familiar Rural, que estão aqui. A vitória que a senhora consegue, hoje, é uma vitória também de toda a população brasileira e paranaense, porque é um modelo que era seguido, sem dúvida nenhuma.

Acho que o Governador Roberto Requião fez correto quando entendeu que deveria caminhar nesta direção. Espero que o Governador Roberto Requião também entenda que as 30 horas não é um processo temporário, porque muitos que votaram contra a Lei nº 13666, muitos que subiram à tribuna, e o nosso Presidente Deputado Nelson Justus sabe disto, porque era Deputado naquela ocasião, muitos que vieram aqui discursavam dizendo que a Lei nº 13666, no seu artigo 4º, contrariava o direito destes trabalhadores que têm jornadas específicas, e impunha aos trabalhadores da saúde uma derrota, porque era coisa de neoliberal, era coisa do Governador Jaime Lerner, era uma ação do Líder, Deputado Rossoni, muitos daqueles que votaram contrários, porque entendiam que os trabalhadores da saúde tinham o direito às 30 horas e que não seria uma lei estadual que poderia revogar leis

federais, e acho que entendiam corretamente. Continuam tendo este entendimento, que lei estadual não pode revogar o direito federal. A Constituição Estadual não pode se sobrepor à Constituição Federal. Existe uma hierarquia nas leis. Se não fosse assim, seria o caos, seria a anarquia.

Mas, o que eu lamento é que muitas daquelas pessoas que em 2002 diziam que a Lei nº 13666 era a mão liberal do estado sobre a saúde, hoje ficam silenciosos e nós vamos buscar pelo caminho da negociação, porque acredito que mesmo esses companheiros sabem que é preciso que retomemos esse debate e quiçá possamos entender que devamos fazer um processo de revogar o artigo 4º da Lei nº 13666, que retira do servidor da saúde o direito de fazer a sua jornada conforme determina a lei federal, e fazendo isso, possamos abrir definitivamente o caminho para o diálogo que tenho dito aqui há 9 meses que é necessário, para o entendimento que tenho repetido que é necessário, porque não acredito que seja com uma medida de força, de um lado ou de outro, que iremos resolver a situação, até porque sabemos que contra o estado é muito mais difícil, contra o aparelho do estado é muito mais difícil nos batermos, mas nem por isso deixamos de fazê-lo.

Venho do movimento sindical e com muito orgulho falo isso, porque fiz dezenas de greves, participei de centenas de greves e sempre digo que não existe greve justa ou injusta, mas existem greves necessárias e não existe movimento de trabalhador que seja justo ou injusto, mas existe movimento de trabalhador que é necessário e o movimento que os trabalhadores da saúde fazem hoje, mais do que qualquer coisa, é necessário para que não pensem que foram derrotados, para que não pensem aqueles que temporariamente estão no Governo que com leis poderão derrubar o direito, porque não irão derrubar.

Quero encerrar aqui, Deputado Rossoni, lembrando o que dizia o poeta Carlos Drummond de Andrade: as leis não bastam, os lírios não nascem das leis. E sabemos disso! Não adianta palavra bonita, não adianta discurso bonito, não adianta, no período eleitoral, passar a mão na cabeça se depois o processo é de fazer com que tudo isso seja jogado de lado e a verdadeira face, muitas vezes cruel, a verdadeira mão, muitas vezes pesada, passa a vigorar. Se tiver que enfrentar - todos os dias deste mandato que temos aqui, Deputados Estaduais especificamente - todos os dias uma luta para que possamos ter novamente o regime de 30 horas da saúde vigorando, tenham certeza, senhores e senhoras que estão aqui no dia de hoje, estaremos fazendo isso.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Talvez eu possa contribuir com o seu pronunciamento. Reconheço a sua luta, o seu trabalho em prol dessa causa, mas quero lhe fazer uma proposta, Deputado Tadeu, porque há uma maneira e inclusive os servidores da saúde estão aqui e sabem que isso pode acontecer. Se V. Exa. tomar uma posição e exigirmos de votarmos esse projeto, vamos votar o projeto. Sabe por quê?

Porque se não votarmos mais nenhum projeto do Governo aqui enquanto não votarmos esse, está travando a pauta. Então, coloco para V. Exa. o seguinte: vamos fazer uma proposta ao Líder do Governo. Entre a Oposição e o Bloco Independente, temos 24 e somando o PT, vai para 32 votos. É só estabelecermos um pacto e aí vai o que V. Exa. disse de Rui Barbosa: não adianta apenas o discurso, vamos estabelecer um pacto. Ou votamos o projeto para obrigar o Governador e não apenas votar o projeto, porque se o Governador vetar o projeto, temos que derrubar o veto do Governador, e derrubando o veto, o Presidente da Casa sanciona e aí o Governador vai ter que se submeter à vontade do Legislativo, à vontade da opinião pública.

Agora, a grande verdade tem que ficar clara. Vou, daqui a pouco, fazer um pronunciamento sobre um outro assunto. Concordo com V. Exa. que, às vezes, temos que falar menos e agir mais e a melhor ação que poderíamos fazer neste momento, para um Governo que se diz de Esquerda, poderíamos firmar um pacto entre as Lideranças do PT, da Oposição, do Bloco Independente, somos maioria nesta Casa, vamos conduzir os trabalhos desta Casa e não vamos nos submeter à vontade do poderoso chefe do Palácio Iguaçu.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Deputado Rossoni, tenho um minuto para concluir. Apenas para dizer que a lei das 30 horas não foi aceita na CCJ. Então, não há lei das 30 horas hoje. O que podemos fazer é buscar um entendimento, acho que tem que ser assim, buscar fazer um entendimento para revogarmos o artigo 4º da Lei nº 13666. Temos que fazer isso!

Entendo que há avanços neste Governo. Entendo que há avanços do Governo, não sou incoerente, entendo que o avanço está gasto, por exemplo, neste Governo, e os servidores entendem também, até porque os senhores sabem que muita gente que está aqui votou no Governo Roberto Requião. Agora, entendo também que temos sim que usar as prerrogativas da Assembléia Legislativa, e se houver entendimento, que devemos fazer uma emenda para revogarmos o artigo 4º da Lei nº 13666. Serei o primeiro a assinar. Se é possível fazer obstrução ou não, não posso falar porque isso depende de fazer uma conversa, e o senhor sabe disso, não só dos partidos de Oposição, porque volto a repetir, essa não é uma situação de Oposição ou de Situação; não é um debate entre este ou aquele partido; é um debate entre Deputados que entendem que a Saúde tem direito a 30 horas e Deputados que entendem que não tem direito a 30 horas. Até porque Deputado dentro do PSDB, o senhor sabe que nós talvez não consigamos os sete votos, o senhor está tendo dificuldade, por exemplo, para conseguir a assinatura de todos eles. Mas, se nós conseguirmos fazer com que os Deputados se comprometam a revogar...

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Deputado Tadeu, quero lhe dizer o seguinte: assumo um compromisso do PSDB. Fechamos questão: Deputado que não votar será expulso do PSDB.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Se conseguirmos fazer com que seja revogado o artigo 4º da Lei nº 13666 tenho certeza, Presidente Nelson Justus, me perdoe estar me alongando, mas o senhor foi uma das pessoas que mais se empenhou para que nós não tivéssemos descontos, e acho que justiça seja feita, assim como o senhor, outros Deputados estiveram presentes nessa luta, assim como o Deputado Romanelli, Deputado Pugliesi, nós tivemos aqui no seu gabinete uma discussão para que não houvesse descontos. Quando havia greve de fome, aqui, o senhor, outros Deputados, Deputado Zucchinho estavam aqui. Deputada Luciana estava junto, Deputada Rosane também.

Agora, entendo que nós precisamos chegar a um acordo. Se houver condições de revogar o artigo 4º da lei não tenho dúvida, vamos dar um passo imenso para que essa Assembléia consiga colocar fim a isso que hoje é um absurdo, do ponto de vista. Só peço desculpas aos Deputados que pediram aparte, mas já estourei completamente o meu tempo.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Pela Ordem)

Apenas para dizer que apoiamos integralmente a proposta do Líder Valdir Rossoni, tem nosso total apoio, estamos também ao lado dos servidores da Saúde.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, PPS também está se somando ao PSDB, ao PP. Acho que daqui saiu a solução para esse grande impasse.

Horário das Lideranças:**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Horário das Lideranças: PDT, Bloco PSB/PR/PRB/PV, Bloco PPS/PMN. Com a palavra Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel**O SR. MARCELO RANGEL**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estou usando a tribuna nesta tarde para falar da Audiência Pública que aconteceu esta manhã, com o Promotor Fuad Faraj e o Secretário de Saúde Gilberto Martin, pela Comissão de Saúde.

Parabenizando o Deputado Ney Leprevost, pela iniciativa. A reunião foi extremamente proveitosa.

Foi importante ouvir a palavra do Promotor nesta manhã. E algo ficou claro para mim como Parlamentar e como cidadão ponta-grossense. Que, realmente, na cidade de Ponta Grossa aconteceu uma tragédia nos últimos anos. Centenas de pessoas perderam suas vidas esperando por um leito de emergência, de isolamento ou de um leito de UTI. O próprio Promotor Fuad Faraj solicitou

uma auditoria ao Ministério da Saúde. E também solicitou uma intervenção federal na cidade de Ponta Grossa.

É importante salientar isso, porque dá a impressão que nessa reunião de hoje aventaram a possibilidade de se fazer uma auditoria para contestar os números do Ministério Público, sendo que o próprio Promotor também já tinha solicitado essa auditoria.

É inaceitável saber que pessoas esperam um, dois, três, quatro dias por um atendimento de emergência em nossa cidade. É inaceitável! Nos últimos anos, segundo esse relatório, 432 pessoas acabaram falecendo. Gostaria de deixar registrado mais uma vez esse número, 432 pessoas acabaram perdendo suas vidas.

Agora falo, não como Parlamentar, não quero falar como Deputado da Oposição, porque esse relatório foi apresentado pelo Ministério Público, não foi o Deputado Elio Rusch, não foi o Deputado Augustinho Zucchi, não foi o Deputado Ney Leprevost, não foi o Deputado Marcelo Rangel, que fazem parte da Bancada de Oposição. Até poderia, porque solicitei aqui no plenário. Fiz um requerimento solicitando à Secretaria de Saúde os números corretos de quantas pessoas deixaram de ser atendidas nos hospitais de Ponta Grossa. Mesmo esperando o prazo legal, pela Comissão de Saúde, pelo gabinete do Parlamentar, infelizmente a Secretaria de Saúde não providenciou os números. A Secretaria de Saúde não trouxe as informações para esta Casa de Leis.

Talvez, se eles tivessem apresentado esses números para o Deputado teríamos um comparativo. Os números da Secretaria de Saúde com os números do Ministério Público. Mas isso não aconteceu! Talvez por incompetência, por esquecimento. Talvez porque gostariam que esses números não fossem divulgados.

Este Parlamentar e o estado do Paraná inteiro tomou conhecimento dos números trágicos que aconteceram na cidade de Ponta Grossa e na região dos campos gerais através da grande imprensa estadual e nacional. Então, dúvidas não tenho nenhuma. Foram 432 pessoas. Poderiam ter sido cinco, duas, o que seria realmente inadmissível e eu estaria fazendo o mesmo pronunciamento, de maneira contundente, porque acho isso um absurdo. Mas foram centenas e centenas de pessoas que padeceram.

Quero fazer um desabafo como bacharel em Direito, este meu pronunciamento vai ecoar lá nos campos gerais por meio dos meios de comunicação e das emissoras onde trabalho.

Senhoras e senhores, você que está me ouvindo, neste momento, teve um ente querido, um parente, um pai, uma mãe, um filho, uma filha, um avô, uma avó que perdeu a vida na fila da morte lá do pronto-socorro municipal e que cujo nome consta no relatório do Ministério Público, do Promotor Fuad Faraj, entre na Justiça porque eu acredito na justiça. Entrem na Justiça pedindo indenização do Governo do Estado do Paraná. Tenho certeza absoluta que a justiça se fará presente. Não é por uma questão financeira, Deputado Rossoni, não é por uma questão de dinheiro, é por uma questão moral, para que isso fique registrado na história do estado do Paraná e nunca mais se repita.

Para terminar, quero parabenizar o novo Secretário Gilberto Martin. Talvez ele não tenha responsabilidade nesses casos, mas ele respeitou a Assembléia Legislativa no momento em que veio até a Comissão de Saúde para, pelo menos, passar o seu posicionamento, coisa que no passado não acontecia. Então, preciso me render e dar os parabéns a este Secretário. Agora, deixar registrado o meu profundo pesar àquelas pessoas que, por incompetência ou por negligência ou por descaso ou por acaso do destino, perderam a vida na fila da morte dos campos gerais. Era isso que eu tinha para falar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Horário das Lideranças, PMDB.

Com a palavra o Deputado Nereu Moura.

Liderança do PMDB: Deputado Nereu Moura

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu tenho ouvido bastante, aqui nesta Casa, e falado pouco porque é muito melhor ouvir do que falar. Nós escutamos e começamos a entender as pessoas, o quadro, a situação e aquilo que se pretende dizer. As palavras são fáceis de falar, fluem naturalmente da garganta, das cordas vocais, se expandem e alegram as pessoas, porque, às vezes, elas são dirigidas para alegrar as pessoas, para deixá-las felizes. Quantas e quantas vezes, aqui nesta Casa, Sr. Presidente, estas galerias lotadas com anseios, com expectativas, com sonhos, quantos discursos daqui fizeram as galerias aplaudirem e sorrirem e, ao irem embora, tudo ficou como dantes no quartel de Abrantes. Portanto, as palavras são fáceis de serem ditas. É por isso que, muitas vezes, as palavras mentem e enganam. O que não mente e não engana são as ações, as atitudes, porque essas ficam registradas nos Anais da história.

Sr. Presidente, revivo aqui todos esses longos anos da minha vida pública, nesta Casa, e quando escuto os discursos, assim como um filme na minha cabeça, fico revivendo a memória, os ecos que, aqui neste local, nesta Casa do povo, ressoam. Percebo que, às vezes, as coisas se enveredam por rumos diferentes. Sr. Presidente, hoje ouvi aqui, começando pelo pedágio, mas poderia falar da Saúde, aos funcionários, profissionais da Saúde do meu Paraná que aqui estão, talvez, querendo ouvir um discurso que possa dizer a eles, para que eles fiquem contentes e felizes, mas terei cautela e responsabilidade. Porque é preferível fazer, mas cumprir a responsabilidade, do que muitas vezes falar para agradar e ser aplaudido.

Confesso que já fui aplaudido, vaiado. A vida é assim mesmo, não é feita de coisas boas. A vida é feita de dor, tristeza e alegria. A vida tem lá os seus momentos, meu caro Deputado Romanelli, que nos permite sorrir e chorar. Portanto, é de se acostumar com essas ocasiões e circunstâncias.

Falando do pedágio, Deputado Waldyr Pugliesi, meu Líder nesta Casa, lembro-me neste Parlamento, nesta tribuna, quantas e quantas vezes aqui subimos, não de

agora para dizer que o pedágio era um roubo, mas desde quando se fizeram as Audiências Públicas pelo interior do Paraná, onde participamos. Desde quando foi feito o processo licitatório, que nenhuma empresa de que dele participou foi excluída. Todas as empresas que participaram do processo licitatório foram colocadas. Foi feito o tal do consórcio, distribuídas as empresas em seis e aproveitadas toda as empreiteiras. Denunciamos isto aqui.

Gritamos. Queríamos montar uma CPI e não conseguimos. Fizemos um esforço e, de lá para cá, quando o Requião assumiu o Governo, não mudou a sua atitude. Moveu ações, encampou, mandou para esta Casa projetos que no fundo, no fundo, sabíamos que carecia de fundamento legal, mas que entendíamos um procedimento político correto, para tentar mudar esse rumo do Paraná. O pedágio está aí e foi bem feito por quem o fez. Foi bem feito, bem montado, bem construído e bem redigido. Tanto que está aí por quem o fez.

Não adianta eu ficar aqui nesta tribuna também falando mal do Jaime Lerner, porque já são favas contadas, é a história que já se passou. De que adianta eu dizer que o Jaime Lerner é o culpado, como o foi. Não vai resolver nada. Precisamos fazer, como fez uma Comissão Especial desta Casa presidida pelo Deputado, ilustre Líder do PTB, Fábio Camargo e como Relator o Deputado Plauto, encontrando soluções para acabar com o pedágio, para diminuir o seu preço. Acho que construímos, porque já sabemos a história do pedágio do nosso estado, o esforço que foi feito, a luta que foi travada e a luta que se trava hoje.

O problema existe e precisamos encontrar a solução para ele, como precisamos ajudar a resolver os problemas da Saúde. Este Governo enfrentou e avançou muito na Saúde. Mas temos mais desafios pela frente que precisamos resolver. Esse Governo avançou na educação, mas temos que avançar mais.

Concordo com tudo o que o Requião faz e fala. Sou companheiro dele durante toda minha vida pública. Cinco mandatos de Deputado Estadual. Nas horas boas, nas horas de alegrias e tristezas, assim como se faz no casamento. Mas, não concordo com tudo que ele fala e faz. Acho que faz e fala coisas erradas.

Todavia, reconheço no Requião um grande Governador porque é difícil de governar, principalmente um estado como o Paraná, que teve que vender seus ativos, COPEL, SANEPAR, BANESTADO, royalties de Itaipu, até para pagar o salário dos servidores. As férias dos servidores eram divididas em seis, sete vezes, porque o Governo não tinha dinheiro para pagar.

Portanto, lembro-me, Presidente Nelson Justus, que o finado Anibal Khury chegou a emprestar dinheiro desta Casa para o Governo pagar os salários dos funcionários do estado no final do ano.

Então, avançamos muito em todas as áreas. É evidente que precisamos avançar. O Governador Requião é um homem sério. Tudo o que se fala aqui de corrupção, de roubo, ora! Quero dizer aqui, aos senhores e senhoras: se um dia eu, Deputado Nereu Moura, descobrir que o Governador Requião, em qualquer ata da sua vida tenha

praticado deslize de aspecto moral, vai ser a maior decepção da minha vida. Porque tenho profunda crença na sua responsabilidade, retidão, honestidade, decência, firmeza. Por isso, tudo o que se fala, ouço porque me cabe ouvir e respeitar quem fala. Mas, Srs. Deputados, é preciso conhecer e ver como as pessoas pensam.

Então, finalizo minhas palavras dizendo que acho o debate bom, não sou o dono da verdade nem quero ser. Mas, coloco as minhas opiniões justamente para que o debate seja fortalecido neste Poder e, para que possamos, amadurecendo, construir o Paraná. Não só achar o Requião feio, não só dizer que o Secretário da Saúde tem as suas falhas. Mas, o que nós, como parlamentares, estamos fazendo para ajudar este estado a crescer, a se desenvolver e melhorar a qualidade de vida do nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo, declinou. Liderança da Oposição, com a palavra Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, visitantes. Vejo muitas pessoas da minha região, principalmente a minha querida Bituruna.

Primeiro, para um bom entendedor, poucas palavras a gente entende. Quem mais denuncia a corrupção neste Governo sou eu. Quem mais exige explicações deste Governo, certamente, sou eu. E, pelo Governo não trazer as explicações, é que permaneço no bom combate.

Aí, vem a resposta do que estamos fazendo pelo Paraná, Deputada Rosane. Estamos fiscalizando. V. Exa. subiu na tribuna e falou do desgoverno na área de segurança, outro dia. Vejo aqui muitas pessoas reclamarem da Saúde. E disse para o Deputado Tadeu Veneri, não com o objetivo de receber aplausos, porque ninguém foi mais vaiado nesta Casa do que eu e a vaia me ensinou mais do que o aplauso. Quero dizer aqui o seguinte: Estão brincando com as pessoas, estão brincando! Quando estive aqui o Movimento da Saúde, alertei aos servidores da Saúde, que já foram embora, eu alertei os servidores da Saúde: Vocês estão sendo enganados, os senhores e as senhoras estão sendo enganados, porque vocês não serão nem recebidos pelo Governador de plantão, que era Vice-Governador, porque o próprio Líder do Governo afirmou. Então, eu não entendo. Só há uma maneira, Deputado Praczyk, para resolver esta situação: Reunir os partidos, fechar questão e impor condições - ou vota ou não vota.

Ora, o Governo está aí com um tarifaço - aumento de impostos. Vamos colocar, primeiro este projeto, primeiro esta revogação, primeiro esta causa, depois as outras causas. E por não jogar para a torcida, quero alertar aqui aos meus amigos, principalmente aqueles que me conhecem, me preocupa muito alguns determinados projetos e todos sabem do meu posicionamento. Estou aqui com a minha assessoria, Dra. Lídia, e tenho reafirmado sempre, eu sou avesso, Deputado

Nelson Justus, a projetos inconstitucionais, e temos na pauta todo dia projetos que nós sabemos que não vão se tornar realidade.

E quero aqui, primeiro reconhecer o esforço que a Deputada Luciana Rafagnin faz em favor da agricultura familiar. Há de se reconhecer a luta, o trabalho que ela faz em todo o estado do Paraná. Tem o meu reconhecimento.

Mas quero dizer aqui aos meus amigos e àqueles que me conhecem, às vezes sou muito duro, porque procuro ser verdadeiro, nunca somos como deveríamos ser. Mas, vejo o projeto de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, o mérito não se discute na questão da Casa da Família Rural. Precisa ajudar? Precisa. Tem que o Governo contribuir? Tem. Isto não se discute. Agora, gostaria, e até complementando o pronunciamento do Deputado Nereu Moura, o Deputado Nereu Moura disse uma coisa ali que casa muito com essa Casa. Algumas coisas não concordei com V. Exa., porque indiretamente, não citou meu nome, mas V. Exa. sabe quem era, mas eu cito o seu nome, porque V. Exa. foi muito verdadeiro no posicionamento.

Às vezes, nós subimos na tribuna em busca de sermos agradáveis aos visitantes e induzimos, aqui, as pessoas a levarem, por exemplo, as pessoas vão sair daqui hoje e vão dizer: "Olha, conseguimos aprovar na Assembleia Legislativa o projeto que institui o programa estadual de apoio técnico financeiro a Casa Familiar Rural". Quero dizer que, infelizmente, isto não vai acontecer o ano que vem. Os senhores vão dizer que o Rossoni está louco! Não, não estou, estou certo. Por quê? Nós estamos votando o orçamento do estado. O orçamento está aí para ser votado nos próximos 15 dias, não tem um centavo para esta finalidade. Então, o que eu quero dizer? Faço um esforço monstruoso, o cidadão sai lá do interior, vem aqui, acordou de madrugada, embarcou num ônibus, vem aqui e sai com esta ilusão? E depois vou encontrar os meus amigos, filhos dos meus amigos que estão aqui, que conheço pelo nome, vou encontrá-los e eles vão cobrar de mim, vão dizer: "Mas, Rossoni, você votou favorável, mas não se tornou realidade!"

Quero dizer, quando falo mérito, a causa é boa, o dinheiro é necessário para este programa? É necessário. É preciso instituir este programa? É necessário. Agora, Deputados, se queremos instituir este programa tem que ter previsão orçamentária. Se estamos com o orçamento elaborado pelo Governo, eu não sou aliado do Governo, não sou adversário do Governo. Aqui eles não me atendem em nada, porque estou aqui para apontar as feridas do Governo, as dificuldades do Governo, os desmandos do Governo, e quero dizer, vou votar favorável ao projeto, mas quero deixar ressaltado, este programa o ano que vem não funciona, salvo o Governo encaminhe para esta Casa um novo projeto de lei criando uma rubrica para ter recursos para esse programa, senão não vai existir.

Aí é que vem a preocupação, Deputado Nereu e concordo com V. Exa., há de se estabelecer uma maneira de fazermos aqui o nosso trabalho e não induzirmos as pessoas que, às vezes, não têm a obrigação de conhecer o funcionamento do Legislativo. Aí, amanhã eu encontro

um amigo meu desses, nos caminhos da vida e ele vai dizer: “Rossoni, você votou favorável e o dinheiro não veio, o dinheiro não aconteceu!” Não vai acontecer salvo se os Deputados forem ao Governador, convençam o Governador que é necessário a instituição de apoio a esse programa. O Governador tem poderes, nós não temos poderes de criar despesas, o Governador encaminha para esta Casa um projeto, cria-se os recursos, remaneja-se os recursos de um determinado lugar para outro e cria-se esses recursos. Aí estarei nesta tribuna, Vereador Ademir, dizendo: Estamos votando, é a realidade, vai acontecer no ano que vem, a partir de determinado mês. Mas hoje posso dizer aos senhores e senhoras que estão aqui e para V. Exas.: Isso aqui não se tornará realidade, isso me preocupa!

Da mesma forma, Deputado Tadeu, me permita, sei da luta de V. Exa. em favor da Saúde, reconheço o trabalho, é do PT, é meu adversário, mas reconheço nele um Deputado competente, trabalhador, atuante, está aqui todos os dias. Sempre nos enfrentamos, às vezes juntos, às vezes divergindo, mas sempre aqui, há de se reconhecer, não há vontade política de se estabelecer, de se instituir as 30 horas. Porque isso já funcionava até nos Governos neoliberais anteriores, que era do Lerner, não sei se o Requião na vez passada era neoliberal, era de Esquerda, mas também funcionava.

Aqui no Paraná funciona da seguinte maneira: Se o poderoso chefe do Palácio Iguaçu chamado Requião, denominado Requião disser... Não, ninguém tem coragem de dizer para ele: V. Exa. está errado. Nós temos dito aqui da tribuna, a Oposição tem mostrado ao Governo os erros que ele tem cometido, por esta razão não somos amados, não temos o carinho do Poder! Mas, o suficiente para nós é estabelecermos aqui uma ação verdadeira, quando queremos instituir um programa de apoio a um determinado programa como este aqui. Ora, por que não se estabeleceu uma forma de diálogo com o Governo lá no mês de março, de abril? Aí o Governo colocava no orçamento, nós estamos votando o orçamento, estaríamos contemplando esses agricultores que estão aqui. Não se fez isso! Agora, no final do ano? Será que o Governo vai retirar o projeto daqui? Emenda, vai apresentar emenda? Todos sabem que 100% das emendas dos Srs. Parlamentares são vetadas, isso não é desse Governo, é desde o começo do mundo!

Então, meus senhores, minhas senhoras, me preocupa muito porque vejo muitos amigos meus pela primeira vez aqui, poucas vezes biturunenses estiveram aqui e hoje estão, quero dizer a vocês o seguinte: Há boa vontade da Deputada, mas a verdade é que não vai acontecer apoio financeiro para este programa. A não ser que o Governo, a partir de amanhã, talvez com essa provocação minha aqui, está aqui o Líder do Governo, ele poderia dizer para nós, ele fala pelo Governador aqui na Casa, ele poderia afirmar que o Governo vai, Deputado Romanelli, colocar um valor para ser destinado a este programa ou não? Está previsto no orçamento ou estou faltando com a verdade? Este é o meu questionamento para poder votar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito ao Deputado que encerre porque já passamos do tempo.

Passo à Ordem do Dia.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 156/07, subscrito pelo Deputado Edgar Bueno, constante do expediente, justificando sua ausência das Sessões Plenárias dos dias 19, 20 e 21 de novembro, por estar em Brasília/DF, tratando de assuntos referente a Região Oeste. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3454, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, solicitando autorização para representar o Poder Legislativo, junto ao Ministério de Educação, em Brasília/DF, nos dias 26 e 27 de novembro de 2007. **À Comissão Executiva.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

A Sessão de amanhã será normal?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Amanhã não faremos a Sessão. Até porque teremos 3 Sessões em 3 locais diferentes. Teremos aqui pela manhã o ParlaSul; às 18h00 a Sessão Solene da Consciência Negra e o 1º Fórum Centro-Sul da Linha Aérea Regional e Desenvolvimento da Região Centro-Sul. Convido todos os Deputados para amanhã, às 9h00, a reunião do ParlaSul. Além da palestra sobre habitação social e questão urbana proferida pelo Deputado Carlos Eduardo Xavier Marinho, Secretário de Habitação, Presidente do Fórum dos Secretários de Habitação Nacional. Também a palestra do Corregedor Bioceânico Central.

Solicitamos a presença de V. Exas.

Requerimento nº 3463, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, com apoio dos Deputados Professor Luizão, Duílio Genari, Péricles de Mello Tadeu Veneri e Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 334/07, item 11, da Ordem do Dia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Preferência de Votação

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

1ª Discussão

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 334/07, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que institui o Programa Estadual de Apoio Técnico Financeiro às Casas Familiares Rurais do Estado do Paraná por meio da ARCAFAR/SUL - Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 042/07, de 08/05/07 em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI 334/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, tem como escopo instituir o Programa de Apoio Financeiro às Casas Familiares Rurais, por meio da ARCAFAR/SUL, no estado do Paraná.

Fundamentação

Exordialmente faz-se necessária à análise da legitimidade para legislar com relação à matéria trazida pelo presente projeto, verifica-se primeiramente que não está tratando de programa de agricultura, mas sim de apoio financeiro a esta, assim, trata de matéria financeira-tributária, visto que o presente visa conceder incentivo através de recursos orçamentários de órgãos do Poder Executivo, então conclui-se, em um primeiro momento, estarmos tratando de matéria pertinente à área do Direito Tributário, então, vejamos:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

I - direto tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

Como fica evidenciado, o exercício da competência legislativa fica clara, para legislar acerca de matéria relacionado a tributos. Ademais disto, cabe ao estado esmiuçar as querelas existentes em face da matéria objeto de regulamentação. Ou seja, cabe ao estado dissertar especificamente, enquanto à união legisla de maneira geral.

Ademais disto, vale a pena corroborar neste momento que o presente projeto não visa o desenvolvimento da agricultura, mas sim a educação, pois traça diretrizes dentro dessa premissa, sob o aspecto social visa

em um primeiro momento adequar e proporcionar aos jovens, cuja origem seja a propriedade rural, meios para continuá-las desenvolvendo, todavia, para alcance de tal intento traz geração de despesas aos órgãos públicos.

Destarte, há que se ressaltar então que no que tange à geração de despesas, que acabaria vindo de encontro aos preceitos trazidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, sob nº 101, de 04 de maio de 2000.

Outrossim, observe-se que na criação, expansão ou aperfeiçoamento de qualquer ação governamental que venha a acarretar aumento de despesas ao estado, esta necessitará de estimativa do impacto orçamentário e financeiro, tal requisito está expresso na LC 101/2000:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

Por este ângulo houve omissão no presente projeto, posto que haverá redução de receita e nenhuma planilha fora juntada para que fosse, esclarecido o real impacto econômico-financeiro da propositura legislativa, e, tendo em vista tal vício trazendo ao presente ilegalidade.

No entanto, muito embora incorra em ilegalidade ao não esclarecer o real impacto trazido pelo presente projeto de lei, bem como junto ao orçamento do Governo Estadual, vejamos que dentro do âmbito da Constituição Estadual encontra fundamentação tendo em vista que vilumbrava o desenvolvimento setorial, pois Carta Magna Estadual assim nos faz saber:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

(...)

V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento.

Portanto, não fere a atuação da Secretaria de Estado, muito pelo contrário vem este dentro das prerrogativas trazidas pelo exercício legal de suas funções relacionadas à criação de programas estatais que visem o desenvolvimento, no presente caso da agricultura familiar, com um aspecto voltado à Educação, o que nos faz concluir que o presente projeto de lei está revestido de constitucionalidade.

Quanto à técnica legislativa, cumpre os requisitos, quanto à técnica legislativa oriunda da Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Com relação à técnica legislativa o presente projeto não encontra nenhum óbice quanto à Lei Complementar nº 095/98.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

MAURO MORAES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 334/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise tem como escopo a implantação de programa de apoio financeiro às casas familiares rurais no estado do Paraná.

Tendo em vista o parecer favorável no que diz respeito ao mérito do projeto, proferido pela Secretaria de Estado da Educação, ainda que ausente o demonstrativo de gastos requisitado por esta Comissão à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, entendemos por positivas tais informações corroboradas.

Em assim sendo, levando-se em conta a impossibilidade de prévia definição de impacto financeiro, somos pela aprovação do projeto em tela.

Sala das Comissões, em 14.11.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 626/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada municipal que liga a PR-092 Km 299 + 650 a sede do município de Quatigá. **Aprovado. (Publ. no DA nº 099/07, de 27/08/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 767/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que institui o Dia do Trabalhador da Área de Reciclagem e Sucatas do Estado do Paraná, que será comemorado anualmente no dia 10 de julho. **Aprovado. (Publ. no DA nº 138/07, de 29/10/07, em Projetos de Lei).**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pela ordem, Deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (**Pela Ordem**)

Quero agradecer a todos os Deputados que votaram favoravelmente ao nosso projeto. Também desejar um bom retorno aos nossos companheiros e companheiras das casas familiares rurais, do nosso estado, que estão aqui. Esse projeto foi o item 01 da pauta e foi aprovado, foi unânime. Todos os Deputados votaram favoráveis.

O nosso carinho e o nosso abraço e um bom retorno para vocês.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 424/07, de auto do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Associação dos Compositores do Estado do Paraná, com sede e foro na cidade de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.**

Em votação a Emenda da CCJ. Em discussão. Em votação. **Aprovada.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 700/07, de auto do Deputado Duílio Genari, que declara de utilidade pública a Associação Municipal dos Suinocultores de Guaraniaçu - AMSG, com sede e foro no município de Guaraniaçu. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.**

Em votação a Emenda da CCJ. Em discussão. Em votação. **Aprovada.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 432/07, de auto do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública a Associação das Empresas de Moda Bebê de Terra Roxa - APL - Moda Bebê, com sede e foro no município de Terra Roxa. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 667/07, de auto do Deputado Alexandre Curi, que disciplina o uso dos vasilhames plásticos retornáveis utilizados no envasamento, industrialização e comercialização de água mineral no estado do Paraná e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICTM. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 708/07, de auto do Poder Executivo - Mensagem nº 046/07, que aprova abertura de crédito especial no valor de R\$ 6.534.418,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada as emendas da CCJ.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 727/07, de auto do Poder Executivo - Mensagem nº 047/07, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o montante de US\$ 10.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, para financiamento do Programa de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais no estado do Paraná - PRÓ APL. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 749/07, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que declara de utilidade pública a Associação Sagrada Família, com sede e foro no município de Arapongas. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 774/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo - Obra Unida da Marilândia do Sul, com sede e foro no município de Marilândia do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

1ª Discussão**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 425/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente de Assistência Social São José Abassajo, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 062/07, de 11/06/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 425/07

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Fábio Camargo, declara de utilidade pública a Associação Beneficente de Assistência Social São José Abassajo, com sede e foro na cidade de Curitiba, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, o artigo 1º do presente projeto não menciona qual é o foro da Associação que se pretende declarar de utilidade pública estadual. Em razão da omissão, sugere-se a emenda aditiva em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 425/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda Aditiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º É declarada de utilidade pública a Associação Beneficente de Assistência Social São José Abassajo, com sede e foro na cidade de Curitiba, Paraná.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 608/07, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que dispõe sobre o funcionamento da Biblioteca Pública do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 095/07 de 20/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 608/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Péricles de Mello, dispõe sobre o funcionamento da Biblioteca Pública do Estado do Paraná.

Em análise ao projeto ora citado, não encontramos nenhum óbice de natureza constitucional. Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 608/07

P A R E C E R :**Relatório**

O presente projeto de lei, propõe que os horários de funcionamento da Biblioteca Pública do Estado do Paraná funcionará nos seguintes horários:

Segunda a sexta-feira, das 08h00 (oito) às 22h00 (vinte e duas).

Sábado das 08h00 (oito) às 20h00 (vinte).

Parecer do Relator

O presente projeto tem por objetivo ampliar o horário afim de que se busque, à informação ampla e livre por meio da leitura e de outras formas de acesso ao conhecimento. Pelo exposto, meu parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 608/07.

Sala das Comissões, em 29.11.07.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 697/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que institui a política estadual de incentivo para o idoso e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CICTM. **Aprovado. (Publ. no DA nº 120/07, de 26/09/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 697/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Douglas Fabrício, institui a Política Estadual de Incentivo ao Turismo para o Idoso e dá outras providências.

É legítima tal proposição, pois a Constituição Federal estabelece, em seu artigo 174, a competência para legislar sobre o assunto. Vejamos:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

A Constituição Estadual, em seu artigo 53, inciso V, diz:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

(...)

V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 06.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO,
TURISMO E MERCOSUL
PROJETO DE LEI Nº 697/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 697/07 de autoria do Deputado Douglas Fabrício, institui a política estadual de incentivo ao turismo para o idoso.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, esta comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito da matéria.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

Requerimentos**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 3433, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, esse requerimento na verdade é destinado à Casa Civil, mas penso que esse requerimento deveria ser destinado à Procuradoria Geral do Estado, por conta de que é ela que administra o passivo judicial do estado do Paraná e não a Casa Civil.

Certamente nós teremos prazos.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Pela Ordem)

Só para explicar ao Deputado Romanelli, que até a sugestão inicial era de que enviássemos à Procuradoria do Estado. Mas a Casa Civil, normalmente, nos Governos exerce uma função de coordenação em relação às outras Secretarias, não veria mal nenhum que o requerimento fosse para a Casa Civil e da Casa Civil o Secretário oficiasse à Procuradoria.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Longe de querer polemizar com o Deputado Ney Leprevost sobre isso. Mas os pedidos de informação têm, de fato, determinado quem é o destinatário para obter informação. De fato, vamos encaminhar a prova, encaminhando para a Casa Civil, a Casa Civil poderá até responder: “Olha isso aqui não é da nossa atribuição, porque a gente conhece o regulamento.”

Concordo com o requerimento, só que apelaria ao Deputado para que endereçasse à Procuradoria Geral do Estado, que efetivamente se o Presidente concordar pode até corrigir nesse requerimento mesmo, porque, senão, depois os prazos se alongam.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Pela Ordem)

De minha parte não há problema. Só para que o Deputado Romanelli saiba, a grande maioria dos pedidos de informações e até mesmo ofícios que tenho enviado para outras Secretarias têm vindo respondido pela Casa Civil. De minha parte não há problema, desde que a pergunta seja respondida. Não sei se seria possível a Mesa corrigir a redação e o requerimento ser votado agora.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há problema algum!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Concordo!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em discussão. Em votação.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3437, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, queria encaminhar contrariamente a esse requerimento por conta de que ele passou pela Comissão de Constituição e Justiça. Quero dizer que não é possível, por maior que seja a boa intenção do Deputado autor do requerimento e do projeto de lei tomar a iniciativa que envolve divisão do Código de Divisão Judiciário. É possível, numa mensagem enviada pelo Tribunal, o Deputado emendar o projeto. Estou absolutamente convencido sobre a oportunidade do Parlamentar oferecer uma emenda num projeto enviado por outro Poder a esta Casa.

Tenho absoluto convencimento em relação a isso.

Efetivamente não é possível que um projeto, de autoria de um Deputado, possa tratar desse tema e quero crer que também não é possível que esta Casa possa votar em regime de urgência num projeto que é flagrantemente inconstitucional. Até para ser coerente, embora na pauta de hoje nós temos aprovados pelo menos 5 projetos inconstitucionais, inclusive um de minha autoria, mas tem 5 projetos inconstitucionais que nós aprovamos aqui hoje.

Efetivamente, acho que o regime de urgência, V. Exa. sabe até por um apelo do Líder da Oposição, não tenho mais apresentado regime de urgência, pelo menos espero não ter que apresentá-los. E encaminho contrário para que possamos de fato não aprovar o regime de urgência num projeto tão flagrantemente inconstitucional como este aqui. Respeitando o nobre Deputado Jocelito Canto que poderá ter essa iniciativa no momento em que tiver um projeto de lei específico. Mensagem oriunda do Poder Judiciário, nesta Casa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Deputado Romanelli, como é duro ouvir suas palavras. V. Exa. é um advogado, claro que não tem a OAB, mas é um bacharel. Como é duro ouvir um Parlamentar que faz leis dizer que fez passar na comissão um projeto inconstitucional! E admite isso. Meu Deus do céu, eu não sei o que estou fazendo aqui! Não sei. Sinceramente, eu não sei.

Quando vejo o Líder do Governo, um homem formado nos bancos escolares de uma universidade - por mais que não tenha feito a OAB - é um bacharel, é um homem estudioso, eu vejo ele dizer que na Ordem do

Dia de hoje, temos 5 projetos inconstitucionais. Isso dói. Isso dói quando a imprensa, lá fora, nos chama de incompetentes. Temos que ficar quietos. Quando eles brigam conosco, lá fora, vamos dizer o que? O Líder do Governo, o 001 do Requião, que é advogado também, vem a esta Casa e diz que tem 5 projetos flagrantemente ilegais.

Deputado Durval Amaral, eu senti que V. Exa. quase caiu da cadeira, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. Eu acho que deveríamos fechar a CCJ. Fechar, porque aqui está um bacharel dizendo que é inconstitucional.

Agora, Deputado Romanelli, meu projeto não é inconstitucional. V. Exa. precisa estudar as leis. Eu não sou advogado, sou só radialista. Meu projeto a CCJ aprovou porque era legal, sim. Ilegal, Deputado Romanelli, ilegal é favorecermos os corruptos deste Paraná. Ilegal, é aprovarmos leis nesta Casa que são contrárias a lei que o Presidente do Tribunal de Justiça mandou a esta Casa.

Estive com o Presidente do Tribunal de Justiça, levando este problema de Ponta Grossa. Levei e comuniquei: "Presidente, há um erro flagrante na lei". Sabem o que o Presidente do Tribunal de Justiça me disse? "Deputado, cabe a V. Exa. na Assembléia, consertar o projeto". Palavras do Dr. Vidigal, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Estou fazendo aqui, o que me instruiu a maior autoridade judiciária no estado do Paraná, o Presidente do Tribunal de Justiça. Foi ele que disse que se eu entendia que estava errado o projeto, deveria consertar, via Assembléia.

E o parecer que a CCJ apresenta, o parecer apresentado pelo Relator Carlos Simões, que V. Exa. desconhece... Desconhece! O Deputado Carlos Simões é advogado, pelo menos ele entendeu esta lei.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

É um constitucionalista!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Deputado Romanelli, V. Exa. tem que entender que no momento em que estamos encaminhando, não cabe nenhum tipo de aparte. É flagrante desrespeito à lei.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Claro, perfeitamente, V. Exa. tem que continuar seu pronunciamento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

É por isso que o Parlamento não vai, senhores! Descumprimos a lei a toda hora. É por isso que lá fora nos chamam de tudo! Não cumprimos a lei nem para falar, aqui!

O parecer emitido pelo eminente advogado Carlos Simões - que foi estudar, estudou - em momento nenhum ele mostra vícios de forma e de procedimento deste processo.

Eu só vou explicar aos Srs. Deputados, esta Casa aprovou criando o 3º Cartório de Registro em Ponta Grossa. Não sou contra a criação. Acho que a cidade cresceu e merece o 3º Registro em Ponta Grossa, mas no transcorrer do processo do projeto foram cometidos erros gravíssimos. A lei é clara e diz que a divisão deveria ser em condições iguais entre o 1º, o 2º e o 3º, mas não é o que ocorreu. Criou-se mais um cartório em Ponta Grossa e um deles foi dividido de forma desleal e beneficiou-se um cidadão que tem trânsito livre aqui pelos Poderes, um cidadão que é titular de um cartório em Ponta Grossa e que tem um aqui em Curitiba, Sr. Presidente. A lei proíbe isso!

O parecer do Deputado Carlos Simões deixa claro que não estou mexendo na lei. O projeto que apresentei apenas corrige o erro. Deputado Romanelli, o que estamos fazendo aqui? É uma obrigação deste Parlamento corrigir vícios da lei, e se propositais ou colocados de forma estranha, eles devem ser retirados da lei, porque são ilegais.

Aqui está o parecer que qualquer um dos senhores pode ler e vai perceber que não estou pedindo para acabar, não, mas estou pedindo apenas, neste meu projeto, que o Tribunal de Justiça revogue a lei e comece de novo o processo, dividindo de acordo com a lei: cada cartório tem o seu direito, porque a lei diz que é igual. E o que é igual? Igual é a mesma coisa que nesta Casa, onde cada um tem direito a 5 minutos para falar no Pequeno Expediente. Isso é igualdade! Igualdade é igual e o parecer que trago aqui é exatamente esse e não há nenhuma inconstitucionalidade e o Parlamento tem que legislar, porque inclusive há acórdãos em Brasília, do Superior Tribunal Federal, que dizem que nós Parlamentares não podemos é deixar que a lei permaneça errada, uma vez que todos os Poderes da República são guardas da Constituição.

Então, Srs. Deputados, quero pedir aos senhores que aprovem esse regime por entender que precisamos fazer valer o que determina a lei e muitos dos senhores aqui são advogados formados e necessariamente têm que entender a lei mais do que nós, que não somos formados. E se esse projeto não for revogado, estaremos beneficiando o erro, estaremos beneficiando as coisas mal feitas, as coisas feitas de forma ilegal.

Então, peço aos senhores que aprovem, porque é uma questão de justiça. E só para terminar, dizer que não há nada de ilegal. O Deputado pode, sim, e desafio qualquer advogado que faça um parecer contrário a este que está aqui, que vou deixar na Mesa depois, vou protocolar junto à Mesa para que os maiores advogados deste país digam que este parecer não tem consistência, como disse o Deputado Romanelli. Nós podemos, sim, não mexer em uma lei, não mudar uma lei, mas estamos apenas deixando em condições de igualdade, como diz a própria lei.

Por isso, peço o voto dos senhores, daqueles que acreditam na justiça.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Tenho mesmo que, pontualmente, divergir do Deputado Jocelito, eu tenho por ele o maior respeito, não só por ele mas pela atividade legislativa que ele

desenvolve nesta Casa. Por óbvio li o projeto e sei que a situação, quando analisada sobre a ótica da Justiça, o que ele avalia me parece de fato razoável, mas apenas para informar esta Casa o que dispõe a Constituição Estadual, artigo 101 da Constituição Estadual que *compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através dos seus órgãos, propor à Assembléia Legislativa observar o disposto do artigo 169 da Constituição Federal*. No inciso I, alínea d, a alteração da organização e da divisão judiciárias. É o artigo 101 da Constituição Estadual. Respeitando o constitucionalista Carlos Simões.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Só para dizer ao nosso Deputado advogado sem OAB, Romanelli, Sr. Presidente, que não estou mexendo na lei, não estou mexendo na prerrogativa do Tribunal de Justiça. Estou apenas pedindo para sanar um vício que teve no processo, Deputado Romanelli, V. Exa. precisa voltar para a faculdade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder a verificação de votação. Os Deputados favoráveis ao requerimento queiram levantar-se.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, estamos votando o regime de urgência?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Exatamente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sou contrário ao regime de urgência, como sou do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Então, por gentileza vamos repetir a votação. Os Deputados favoráveis ao requerimento queiram levantar-se. **Está rejeitado o requerimento.**

Requerimento nº 3438, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente de Sessão anterior. **À Diretoria Legislativa, para instruir.**

Encaminho esse requerimento à Diretoria Legislativa para que veja da possibilidade de que os dois caminhos separadamente, até porquê, a primeira vista, me parece que tem temas conflitantes e alguns iguais. Então, dessa maneira encaminho ao legislativo.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (Pela Ordem)

Só a nível de esclarecimento, o projeto trata do mesmo assunto, só que um sendo mais abrangente que o outro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É porque um atinge o Tribunal de Contas, o outro não. Então, acho que pode perfeitamente correr separado os dois. Mas encaminho para que venha um parecer do Departamento Legislativo. Já encaminhei à Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3440, de autoria do Deputado Reni Pereira constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Quero dizer ao Deputado Reni Pereira que vamos encaminhar favoravelmente ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Pela Ordem)

Presidente apenas para liberar os alunos do Colégio Estadual que já estão aqui, apesar de ser interessante os alunos estarem também ouvindo a Sessão, até porque com certeza passam a conhecer um pouco mais os trabalhos do Poder Legislativo. Mas apenas para pedir à Comissão de Educação desta Casa que faça o acompanhamento próximo nessa questão que está sendo levantada pelos alunos. Tenho um profundo respeito pelo Secretário Maurício Requião, mas, por parte da Diretoria do Colégio Estadual, estaria havendo, segundo alguns alunos, mas principalmente segundo pais de alunos, estaria havendo uma certa intransigência, uma certa intolerância, sem contar com a discordância dos alunos em relação aos métodos que estão sendo utilizados.

Gostaria de pedir um acompanhamento da Comissão de Educação desta Casa. A Comissão designar uma pessoa para que participe de todas essas reuniões, seria bastante positivo, até porque foi passada pelos pais dos alunos uma informação que me deixou bastante preocupado, de que o número de vagas para 2008 no Colégio Estadual terá uma redução de grande impacto. Hoje são 1.200 alunos e para o ingresso no 1º ano do ensino médio passaríamos a ter apenas 320 alunos, segundo informaram os pais.

Acho importante que a Assembléia Legislativa acompanhe esse assunto. É um tema importante que envolve a educação.

Quero também dizer ao Presidente Nelson Justus que a sua decisão, quando assumiu esta presidência, de prestigiar o trabalho das comissões permanentes está tendo um grande efeito.

Tenho percebido que as pessoas vêm aqui, procuram as comissões. Na Comissão de Saúde somos procurados toda semana e nos procuram também pedindo indicação para que possam contar com o apoio de outras comissões.

Meus parabéns, Presidente Nelson Justus.
Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Requerimento nº 3446, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **À Comissão de Saúde, para instruir.**

Requerimentos nºs 3453, 3457 a 3462 e 3474, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3465 a 3467, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3470 a 3472, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3447, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em votação.

Há também sobre a mesa, Deputado Jocelito Canto, 6 requerimentos de autoria de V. Exa., todos dirigidos ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Consulto V. Exa. se podemos votar em bloco ou prefere votar separadamente?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Quero encaminhar um a um, porque são temas diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito a 1ª Secretária que proceda à leitura do primeiro requerimento.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Beti Pavin)

(Procede à leitura do primeiro requerimento)

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (Pela Ordem)

Apenas para dizer o seguinte: todos nós já estamos de posse dos requerimentos que estão sendo votados. Eu, particularmente, já li todos os requerimentos e acho que todos os Deputados também. Eu pediria a V. Exa. para que dispensasse a leitura, até porque o Deputado Jocelito vai encaminhar um a um. Ele encaminhando já nos deixa cientes e pouparíamos tempo. É a questão de ordem que faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulto o Plenário. Se o Plenário estiver de acordo, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Qual é o requerimento que V. Exa. está colocando primeiramente em votação?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É o que fala sobre o anexo do Tribunal de Justiça.

V. Exa. tem cópia dos requerimentos?

(**Assentimento**)

Então, V. Exa. pode discorrer...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas aí eu descumpro uma formalidade regimental, porque é um por um.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não. V. Exa. encaminha como quiser. Só dizer: agora estou encaminhando o requerimento tal e aí discorre. Vamos votar um a um.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Posso dar uma sugestão a V. Exa.? V. Exa. encaminhe primeiro este do Tribunal, que é bastante extenso e é um assunto palpitante. V. Exa. encaminhe este que daí já votamos depois vamos votar os outros.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sim, mas é como vamos proceder.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Há muito tempo, como radialista, tenho pesquisado. Tem uma virtude na vida de um radialista que é de armazenar documentos, pelo menos os que mexem com a questão que envolve notícias. Ao longo dos últimos meses e anos, tenho tido o cuidado de buscar todas as notícias que saem na mídia, seja no Poder Legislativo, seja no Poder Executivo, seja no Tribunal de Contas, seja no Tribunal de Justiça.

Fui muito aconselhado a não apresentar estes requerimentos, mas quando há uma dúvida, quando alguém tem uma dúvida, e é isso que cabe ao Parlamentar responsável, ele deve buscar, na prerrogativa que tem, tirar suas dúvidas.

Deputado Dobrandino, não estou acusando ninguém; estou apenas querendo saber se isso que estou requerendo aconteceu, se isso de fato aconteceu, e estou requerendo, como cabe a mim. Sei de antemão que a maioria dos Srs. Deputados vai votar contrário ao meu requerimento e que, certamente, ficarei quase que sozinho, mas não há problema, precisamos ter coragem de fazer o que é preciso fazer. Mesmo que tenha só o meu voto, vai ter o meu voto e vai ficar registrado nos Anais desta Casa. Se eu perder a votação, segunda-feira, estarei no protocolo do Tribunal de Justiça e no Ministério Público protocolando e, na semana que vem, estarei em Brasília protocolando na Política Federal.

Este é um requerimento que acho que é de profundidade para o estado do Paraná. Tem acontecido muita coisa estranha no Paraná, Deputado Edson. Infelizmente, algumas coisas como esta não quero saber, sobre o pedágio do Tribunal de Justiça. Primeiro quesito que eu pergunto: o anexo do Tribunal de Contas foi objeto de

investigação pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná? O Tribunal de Contas diz que está toda errada a prestação de contas e desaprovou as contas. Eu quero a cópia dos relatórios.

“Anexar cópia do relatório...”

(**Inicia leitura do requerimento a partir do item**

02)

“02) Anexar cópia do relatório da Comissão de Obras integrada pelos Desembargadores César Macedo, Dimas Mello, Eracles Messias e Paulo Habith (entregue no dia 24.08.06).

03) Quantos projetos foram realizados para execução da referida obra?

04) Quem realizou os projetos? De que forma ocorreu a contratação? Houve licitação? Juntar cópias.

05) Como foi definido o projeto escolhido. Juntar a ata da de decisão.

06) Pelo que consta das notícias veiculadas na imprensa haviam 2 projetos, por que motivo?

07) Anexar todas as atas de reuniões das comissões ou diretorias que definiram a execução do projeto e a construção do anexo.

08) Anexar cópias de todos os comprovantes de pagamento dos projetos, contratos e aditivos realizados para a construção do anexo.

09) A obra foi fiscalizada pela Comissão de Obras do Tribunal de Justiça ou foi contratada outra empresa para este fim? Em caso afirmativo, por quê?

10) De que forma foi contratada? Houve licitação? Juntar comprovantes, bem como todas as justificativas e pareceres dos órgãos administrativos do Tribunal de Justiça.

11) Que empresas participaram da licitação? Por que a imprensa fala em direcionamento da licitação?

12) Antes de cada pagamento, quem realizava a medição, que recebia o serviço executado, e quem ordenava o pagamento, juntando cópia da documentação.

13) Foi feito pagamento sem medição ou sem que a Comissão de Obras fosse ao local verificar se os serviços tinham sido executados na forma contratada?

14) Houve pagamento sem autorização do Conselho Gestor? Como eram feitos os pagamentos? Quem os autorizava?

15) Foi exigida garantia da obra? Houve liberação antes do recebimento definitivo? Quem liberou e quais os motivos. Há justificativa por escrito?

16) A atual gestão está procedendo a alguma medida para recuperação do valor da garantia face a notícia de defeitos na obra? Que medida, juntando cópia.

17) Por que motivo houve o recebimento provisório se já se tinha notícia de diversas falhas e defeitos na obra bem como indícios de superfaturamento?

18) Quem autorizou o uso pelos órgãos e pela população? O prédio tem habite-se? Em que data foi concedido?

19) Que medidas estão sendo tomadas em face das irregularidades apontadas no relatório?

20) A permissão para utilização não prejudica os trabalhos de investigação das falhas na obra e a eventual comprovação de superfaturamento?

21) Foram feitas auditorias externas na obra após as denúncias de superfaturamento?

22) Como foram contratadas estas auditorias? Juntar comprovantes.

23) A gestão do Desembargador Tadeu Marino Costa efetuou algum pagamento para as empresas construtoras do anexo durante seu mandato? Juntar comprovantes.

24) Resta algum pagamento a ser realizado, uma vez que o prédio não se encontra totalmente concluído?

25) Que medidas estão sendo tomadas para ressarcimento do erário público?

26) O Ministério Público requisitou alguma informação a respeito desta obra ou sobre as notícias que veicularam na imprensa?

27) O Tribunal de Justiça recebeu alguma notificação de procedimento investigatório aberto por este motivo? Em caso afirmativo, juntar cópias.

28) Quantos gabinetes foram construídos? Quantos estão sendo utilizados?

29) A obra atende as necessidades da incorporação de todos os gabinetes que se situam no Edifício na Av. Mauá (extinto TA)?

30) Em quanto a obra foi orçada a princípio? Qual o valor do metro quadrado? Houve aditivos? Por que motivo? Juntar cópia.

31) Quanto foi pago até o presente momento pela referida obra? Juntar cópia dos comprovantes e da forma de pagamento.

32) No projeto original como foram projetados os elevadores? Houve alguma modificação no projeto? Quem a sugeriu ou autorizou?

33) Qual o custo unitário dos elevadores no projeto? Qual o custo dos elevadores efetivamente colocados? E qual o custo destes mesmos elevadores apurados pela auditoria?

34) Qual o custo dos referidos elevadores por unidade? Juntar nota da empresa fornecedora.

35) Há notícia de que o sexto andar do prédio teve pagamento em duplicidade. Esclarecer juntando os comprovantes das alegações.

36) Até o presente momento, foi aberta alguma sindicância? Alguém foi afastado do cargo? Juntar cópias.

37) Todos os materiais especificados no projeto original foram colocados? Algum material foi substituído? Por que motivo? Quem autorizou a substituição? O valor dos materiais era equivalente?

38) Qual o valor originário dos projetos elétricos, de telefonia e rede lógica? Quanto foi pago efetivamente? Quanto falta pagar?

39) Os projetos foram concluídos exatamente conforme o previsto ou houve majoração ou diminuição?

40) Qual o valor do metro quadrado da construção por ocasião da realização do projeto? E qual o valor

máximo do metro constante da licitação? Quais os motivos da majoração considerando que o preço orçado já se encontrava dentro dos parâmetros de mercado para construção de alto nível?

41) Fornecer cópia integral do processo Reexame Necessário 181899-7, onde ao que consta já se noticiava o superfaturamento por ocasião da contratação da obra.

42) Foi feita alguma manifestação oficial pelo Desembargador Tadeu Marino Costa quando da notícia de irregularidades na contratação e na construção do anexo? Em caso afirmativo fornecer cópia da nota oficial expedida.

43) Quando assumiu a Presidência do Tribunal o Desembargador Tadeu Costa efetuou alguma auditoria ou procedeu a algum estudo específico das contratações relativas ao anexo?

44) Quanto já havia sido pago da obra? E qual o valor existente no caixa nesta ocasião para fins de pagamento da obra?

45) Havia alguma função desempenhada pelo Desembargador Antonio Lopes Noronha na Comissão de Licitação, nos pagamentos ou na Comissão de Gestão da construção do anexo?

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Beti Pavin**)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

Vinte e sete Srs. Deputados presentes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há quórum para votação e nem para prosseguimento da Sessão.

Quero mais uma vez ratificar o convite para a Sessão de amanhã, às 9h, com a reunião do PARLASUL, aqui neste plenário.

Encerramento da Sessão:

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 688/07.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 667, 708, 727 e 774/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 334, 425, 608 e 697/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 715, 781, 787 e 794/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Comissão Executiva****Ato**

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1834/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no artigo 18, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

R E S O L V E :

Art. 1º Regulamentar o artigo 1º, da Resolução nº 339/77, de 02 de dezembro de 1977.

Art. 2º A gratificação, a que se refere o artigo 1º da Resolução nº 339/77, é extensiva aos ocupantes de cargo em comissão e só será paga àqueles servidores que estiverem no efetivo exercício de suas funções.

Art. 3º Na data do pagamento da gratificação, de que trata o artigo 1º desta resolução, será observada a proporcionalidade de 1/12 (um doze avos), sempre com a condição de estarem, os servidores, no efetivo exercício das suas funções.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

Ata da Comissão**Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente**

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA
MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, sob a presidência da Sra. Deputada Rosane Ferreira, e com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ribas Carli Filho, Rui Hara, Beti Pavin, Antonio Belinati e Elio Rusch. Havendo número legal, a Sra. Presidente deu por aberta a presente reunião, passando à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 257/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Relatora: Deputada Beti Pavin. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pela Sra. Presidente e por mim Augusto Cesar Conciani, Secretário desta comissão.

(aa) ROSANE FERREIRA - Presidente

Augusto Cesar Conciani - Secretário

